

FACULDADES INTEGRADAS DE CARATINGA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

HAYALA MORAIS VIEIRA
LORENA DA SILVA GRILLI
RAFAELA COTA SOARES

O PAPEL SOCIAL DA CASA DO CIDADÃO:
O terceiro setor em debate

CARATINGA
2016

FACULDADES INTEGRADAS DE CARATINGA

HAYALA MORAIS VIEIRA
LORENA DA SILVA GRILLI
RAFAELA COTA SOARES

O PAPEL SOCIAL DA CASA DO CIDADÃO:

O terceiro setor em debate

Projeto de Monografia apresentado ao Curso de Serviço Social das Faculdades Doctum de Caratinga como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Sônia Gomes de Freitas

CARATINGA
2016

AGRADECIMENTOS

Aos professores que contribuíram para este trabalho, obrigada pelo incentivo e apoio de sempre.

Em especial, agradecemos à amada orientadora Sônia Gomes de Freitas, não temos palavras para descrever tamanha dedicação e carinho.

Agradecemos à coordenadora e professora, Lívia Maria Siqueira Fernandes, obrigada por todo empenho durante o curso, você é demais e te amamos.

À querida supervisora de estágio, Andreísa Carvalho da Silva, obrigada por todo apoio, sem você este trabalho não seria possível.

Aos nossos familiares e amigos que tanto amamos.

Aquele que é digno de toda honra e glória, a Jesus!

RESUMO

Sob o impacto de um Estado que vem diminuindo sua ação social frente a uma sociedade que apresenta demandas cada vez maiores, cresce a consciência nas pessoas físicas ou jurídicas que é necessário posicionar-se proativamente no espaço público através do desenvolvimento social sustentável. O Terceiro Setor se configurou, no decorrer dos últimos vinte anos, dentro de um contexto social, econômico e político marcado pela complexidade, incerteza, instabilidade e mudanças aceleradas, em uma dimensão globalizada e de grande desenvolvimento tecnológico e científico. Em contrapartida, de muita pobreza e desigualdade social. Portanto, a dimensão e o significado do terceiro setor necessitam ser compreendidos dentro da conjuntura social, econômica e política que tem determinado a sua configuração no contexto contemporâneo. Neste sentido, a Casa do Cidadão desempenha prestação de serviços sócio jurídico às famílias do município e região em um mecanismo que agrega ensino, pesquisa e extensão, sendo um braço extensor da rede Doctum, tornou-se referência pela grande demanda e procura pelos serviços prestados. Além de proporcionar aos acadêmicos do curso de direito o contato real com a prática profissional da advocacia, a casa do cidadão destina-se ao desenvolvimento de todas as atividades de extensão dos cursos da Instituição, abrigando seus diversos núcleos de atendimento à comunidade em situação de vulnerabilidade social da cidade e região, dentre eles, atendimento a comunidade através do projeto Engenheiros do Povo do curso de Engenharia. Frente ao exposto cabe indagar, enquanto órgão do terceiro setor, qual é o papel social da Casa do Cidadão?

Palavras-chave: terceiro setor, casa do cidadão, serviço social, questão social, Estado.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
CAPÍTULO I – GLOBALIZAÇÃO, NOELIBERALISMO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL: PROCESSOS QUE SE INTER-RELACIONAM.....	9
1.2 A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO NOS DITAMES NEOLIBERAIS.	21
1.3 O TERCEIRO SETOR COMO APARATO NO ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL ..	33
CAPÍTULO II – SERVIÇO SOCIAL E TERCEIRO SETOR: DESAFIOS PRESENTES.....	46
2.1 O SERVIÇO SOCIAL NO TERCEIRO SETOR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	46
2.2 O PAPEL SOCIAL DA CASA DO CIDADÃO: O TERCEIRO SETOR EM DEBATE.	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79
ANEXO	85

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre o papel social da Casa do Cidadão e debater a respeito do terceiro setor. A pesquisa proposta surgiu como sistematização da experiência enquanto alunas estagiárias no estágio supervisionado I, II, III e IV na Casa do Cidadão que desenvolve atuação de cunho sócio jurídico a sociedade da cidade de Caratinga. Este trabalho afirma-se com embasamento teórico sobre o tema apresentado, pautado em autores como: Carlos Montaña, Maria Carmelita Yazbek, Marilda Villela Yamamoto e Vicente de Paula Faleiros, entre outros.

Na busca de uma análise crítica, expositiva dos dados e informações em debate, pretende-se discutir e contextualizar no capítulo I a globalização, neoliberalismo, reestruturação produtiva no Brasil e os processos que se inter-relacionam. No mesmo sentido, pretende-se discorrer no capítulo II o Serviço Social e o Terceiro Setor, os desafios presentes. Pretende-se também desenvolver em forma de pesquisa semiestruturada, entrevista com usuários que utilizam dos serviços prestados na Casa do Cidadão e com Assistente Social esta pesquisa baseasse-a em perguntas que servirão para análise dos dados e resposta ao tema exposto.

MARCO TEÓRICO

CAPÍTULO I – GLOBALIZAÇÃO, NOELIBERALISMO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL: PROCESSOS QUE SE INTER-RELACIONAM.

1.1 O contexto sócio histórico da reestruturação produtiva no Brasil e os pilares para a entrada do neoliberalismo.

Chamada também de “A Terceira Revolução Industrial”, a Reestruturação Produtiva trouxe ao mercado a nova fase do setor produtivo a partir da introdução das tecnologias surgidas na segunda metade do século XX. Assim, é necessário compreender a trajetória histórica do capitalismo no Brasil, sinalizando para períodos que foram divisores de águas e projetaram transformações em todas as esferas brasileiras.

Singer traça historicamente os passos brasileiros ao capitalismo:

O governo, na Primeira República, estava basicamente ligado aos interesses da cafeicultura, que constituía um ramo semi-capitalista¹. A industrialização era subordinada aos interesses hegemônicos da agricultura dirigida ao mercado externo, no seio do qual ainda sobreviviam elementos servis. A dominação social e política, na Primeira República, se apoiava numa vasta camada de trabalhadores rurais, que carecia da autonomia do proletariado urbano, devido a sua dependência ao latifúndio. Enquanto, nas cidades, o nascente proletariado industrial formava sociedades de resistência e enfrentava o capital em lutas por direitos básicos. (SINGER. 1987, p. 70)

Começa aí o surgimento das organizações do proletariado, mesmo que por tímidos avanços o período marcado nos anos 30, a era Vargas, e a indústria brasileira se expandiam gradualmente. (Singer 1987) descreve “” Getúlio, no início dos anos 30, se preocupou em defender a cafeicultura paulista assim como a agroindústria açucareira do Nordeste. Mas, ao mesmo tempo, ele também procurou defender os interesses do capital industrial. ””

É importante destacarmos as organizações sindicais e as lutas de classe, a luta do trabalhador brasileiro em alforriar-se das excessivas jornadas de trabalho, condições desumanas

¹O capitalismo não se desenvolveu naturalmente no Brasil, antes foi imposto pela associação das classes dirigentes nacionais e o capitalismo internacional. Sendo que as classes dirigentes brasileiras sequer formavam uma burguesia nacional coesa, eram, na verdade, representantes de grandes oligarquias rurais que defendiam tão somente seus próprios interesses. A associação destes grupos nacionais se realizou com o capitalismo em sua fase imperialista, ou seja, tratava-se da associação da oligarquia brasileira com o capital industrial e o capital financeiro europeus. O país ficou imerso às regras deste novo modelo. O modelo de desenvolvimento imposto ao Brasil previa que o país passasse pelos mesmos estágios que os países de capitalismo adiantado já haviam passado. Na impossibilidade de se desenvolver autonomamente, coube ao Brasil queimar etapas, dando saltos desenvolvimentistas para acompanhar seus parceiros mais desenvolvidos. O país iniciou um oneroso processo de modernização e industrialização. Disponível em: www.historialivre.com © 2014 by Marcos Emílio Ekman Faber. Acesso em: 02/09/2016

nos cenários fabris da época, direitos básicos e garantias salariais, a criação do Ministério do Trabalho.

O mercado de produção e de consumo é totalmente transformado, as demandas e a competitividade crescem acentuadamente, dando-se a passagem do capital de competitividade ao capital monopólico.

Segundo Singer:

A implantação da indústria automobilística ilustra bem a forma com que se deu no Brasil a passagem do capitalismo de competitivo a monopólico. A era automobilística tem início no Brasil após a Primeira Guerra Mundial, quando se inicia a construção de rodovias e se criam as primeiras indústrias montadoras, de capital estrangeiro. (SINGER, 1987, p. 76)

O autor destaca a importância do governo do presidente Juscelino Kubitschek² no processo brasileiro de industrialização. Kubitschek traça metas de industrialização objetivando um crescimento econômico e industrial para compensar, o que considerou uma estagnação de evolução econômica do país, intensificando a participação do Estado nesse processo.

Como resultado, no mesmo período ganha força a organização das classes trabalhadoras, estabelecendo as bases definitivas para a “resistência” sindical corporativa cujos desdobramentos alcançaram a vida pública com o surgimento de legendas e lideranças partidárias que passaram a influir diretamente nos rumos da atividade política e social do país.

Montaño descreve:

No contexto de expansão capitalista, tenso e conflituoso e ameaçador, o capital vê-se obrigado, justamente pelas pressões trabalhistas e lutas de classe, a incorporar demandas dos trabalhadores no interior do seu projeto hegemônico, que ocorre num contexto de crise, sinalizando para. [...] Essa crise se põe como o campo mais fértil para o capital processar a desconstrução e reversão dos ganhos e conquistas trabalhistas e sociais desenvolvidas ao longo da história. A “reestruturação produtiva”. Dada a necessidade de o capital controlar/ diminuir as lutas de classes e dada a acirrada concorrência intercapitalista, afirma que a “ (contra-) reforma do Estado, a chamada reforma do Estado está articulada com o projeto de liberar, desimpedir e desregular a acumulação de capital, retirando a legitimação sistemática

²O desenvolvimentismo econômico que o Brasil viveu durante o mandato de JK priorizou o investimento nos setores de transportes e energia, na indústria de base (bens de consumos duráveis e não duráveis), na substituição de importações, destacando a ascensão da indústria automobilística, e na Educação. Para JK e seu governo, o Brasil iria diminuir a desigualdade social gerando riquezas e desenvolvendo a industrialização e consequentemente fortalecendo a economia. Sendo assim, estava lançado seu Plano de Metas: “o Brasil iria desenvolver 50 anos em 5”. Para ampliar o desenvolvimentismo econômico brasileiro, JK considerava impossível o progresso da economia sem a participação do capital estrangeiro. Para alcançar os objetivos do Plano de Metas era necessária uma intervenção maior do Estado na economia, priorizando, então, a entrada de capitais estrangeiros no país, principalmente pela indústria automobilística. Ressalta-se que nesse período o Brasil iniciou o processo de endividamento externo. CARVALHO, Leandro. "Governo Juscelino Kubitschek"; *Brasil Escola*. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/historiab/juscelino-kubitschek.htm>. Acesso em 02/09/2016.

e o controle social da “lógica democrática” e passando para a “lógica da concorrência” (MONTAÑO, 2010, p. 29.)

Forjada em padrão técnico científico informacional, a reestruturação produtiva revolucionou os antigos métodos de produção, oriundos da Revolução Industrial inglesa, caracterizada pela atuação automática e repetitiva dos trabalhadores, focados numa forma específica de produção, gerando até mesmo certa alienação das atividades desenvolvidas em outros setores de uma mesma empresa. Orientado por uma participação direta do Estado, este formato pautava a transformação dos meios de produção e era conhecido como o Estado do Bem Estar Social³.

No presente contexto, Souza sinaliza que;

Esping - Andersen apresenta como questão original a indagação sobre o que é o Welfare State? Como saber, e quando é que um Welfare State responde funcionalmente às necessidades da indústria ou à reprodução e legitimação do capitalismo? E como indicar o Welfare State que corresponde às demandas de uma classe trabalhadora organizada? Para tal questão, haveria três tipos de regime como respostas. Uma resposta: é preciso começar com a transformação histórica das atividades do Estado. Em um Welfare State genuíno, a maioria de suas atividades rotineiras deve estar voltada para as necessidades de Bem-Estar de famílias. (SOUZA, 1999, p. 48)

De forma histórica, toda indústria que se conhece passou por transformações que evoluíram os modos de produção, ampliando e se ajustando de acordo com a naturalidade que a própria produção, trabalho e homem exigiam. A força de trabalho descobre-se a cada dia um bem precioso, bem esse que começa a ser aplicado para valor, uso e troca⁴. Interesse inerente do Capital, que se renova e progride em face dessas transformações. Compreender a evolução e os modos de produção torna-se essencial ao que se deu a Reestruturação Produtiva e o liberalismo com sua nova roupagem.

³O Estado do Bem-estar também é conhecido por sua denominação em inglês, *WelfareState*. Os termos servem basicamente para designar o Estado assistencial que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos. Renato Cancian, Especial para a Página 3 Pedagogia & Comunicação 29/05/2007. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/estado-do-bem-estar-social-historia-e-crise-do-welfare-state.htm>. Acesso em: 05/09/2016.

⁴ O uso da Força de Trabalho é o Trabalho. Este deve ser útil para realizar valores de uso. O processo de trabalho é composto por: atividade do homem, objeto de trabalho e meios de trabalho. Uma matéria prima é um objeto já trabalhado. O que distingue uma época econômica de outra são os meios de trabalho, verificando-se que a quantidade de mão de obra diminui com a evolução dos meios. O capital compra, pois, o valor de uso da força de trabalho, sendo esta sua pertença. Contudo, ela não quer apenas produzir uma coisa útil, quer acima de tudo uma mais valia, que o valor desta mercadoria ultrapasse o das mercadorias necessárias para o produzir». O valor desta mercadoria é determinado pelo tempo socialmente necessário à sua produção (se for despendido mais tempo ou usados instrumentos mais caros, o capitalista só estará a perder dinheiro). Disponível em: Karl Marx - Parte III. Produção do Valor de Uso e da Mais Valia http://www.economiabr.net/economia/1_hpe8.html. Acesso em: 05/09/2016

A indústria mundial se expande, nascem os princípios de administração criados por Taylor, que de forma essencial, introduz um avanço na produção, com aplicação rigorosa do método científico, sendo esta uma aplicação dos princípios da Organização e do método científico aos trabalhos de qualquer natureza.

Segundo o autor César Cantanhede;

O fundador do Taylorismo foi o engenheiro americano Frederick Winslow Taylor (1856-1915), que se dedicou a estudos de metodização e modernização dos processos de trabalho na indústria, obedecendo, sempre, a uma orientação científica nas suas observações e experimentações. Taylor começou a trabalhar na indústria como operário da Midvale Steel aos 22 anos de idade e daí, devido aos seus conhecimentos especiais e à sua cultura, galgou posições até chegar, seis anos depois (1884), ao cargo de engenheiro chefe da mesma companhia. (CANTANHEDE, 1976, p. 41)

Deste modo, os trabalhos que estavam devotados a sua direção, procurou sempre introduzir em seu percurso da sua vida industrial métodos de observação e experimentação que oferecessem melhoria às condições de rendimento dos trabalhos aumentando a produtividade dos trabalhadores.

Na concepção de César Cantanhede “” uma das críticas apresentadas ao sistema Taylor é que ele só admite homens excepcionais, predominando sempre a preocupação de adaptar o homem a máquina ”” (CASTANHEDE, 1903, p. 42) sendo uma crítica que não procedia, pois para ele, uma organização metodizada era necessária atribuir a cada operário uma tarefa há mais que lhes fossem permitido às suas aptidões, a função que fosse designada para cada homem deveria conter em sua atividade um encargo mais elevado, sendo este apropriado as suas habilitações e possibilidades, requerendo a cada operário o máximo de produção que se pudesse esperar de um operário hábil de sua categoria. “A priori” e determinação é necessária em todo o trabalho organizado para se obter uma tarefa precisa e segura onde se é fixada depois de estudos prévios para verificar as melhores condições de atividade, para o trabalho e também para o trabalhador; a principal orientação de Taylor em seus trabalhos era a economia retribuída, obtenção de mão-de-obra barata e salários mais elevados.

Segundo o autor César Cantanhede;

Essas duas condições (salários elevados – preço de custo baixo) aparentemente antagônicas e contraditórias, não o são, todavia, e Taylor, em todas os seus escritos frisava que em qualquer trabalho industrial, sem exceção, a presença ou ausência dessa combinação básica constitui o melhor indicio do bom ou mau resultado futuro da empresa, da sua boa ou má direção. (CANTANHEDE, 1976 p. 43)

Todavia, têm-se com essas duas condições uma preocupação permanente de Taylor em melhorar os salários, tendo em vista a capacidade dos operários de executar determinada tarefa e assim o preço final do produto será baixo devida às melhorias na rotina e nos processos de fabricação; uma visão de Taylor é que em uma organização que não se obedece a sistematização ocorre um prejuízo para o empregado e o empregador.

Nesta visão, no conceito de César Cantanhede “” a respeito do tempo necessário para a execução dos diversos trabalhos, e em sua indiferença e, ainda ignorância acerca do melhor sistema a ser adotado ou do melhor método a aplicar em cada caso ”” (CANTANHEDE, 1903, p. 43); e assim para o empregado há uma tendência para se trabalhar com mais lentidão, trabalhar de uma forma vagarosa ocorrendo outra tendência, em modificar para pior ou conservar essa marcha devido á raciocínios falsos, difundida por propaganda mal orientada e inoculada na massa trabalhadora, tendo uma parcela de “culpa” dos empregadores que não aplicam com justiça os princípios estabelecidos.

Na concepção de Taylor há uma preocupação de estudo científico de tempo e de medida onde se estabelece cronometragem de todas as operações realizadas para execução de qualquer trabalho, liga-se aos movimentos verificando quais os executados pelo trabalhador devendo ser eliminados por prejudiciais, antagônicos ou inúteis no conjunto de movimentos que é obrigatório a ele no trabalho que lhe foi determinado. Há uma tendência em ventilar os problemas, sejam eles quaisquer, subordinados a um ponto de vista de observação científica; sendo este o conceito da organização científica do trabalho tendo uma referência de condenação do homem excepcional que está totalmente ligada à organização funcional que Taylor sugere aos trabalhadores industriais, obtendo a concepção que o tipo de organização militar requer homens de valor excepcional para as funções superiores de administração, sendo este contexto de obter homens superiores que Taylor concebeu a estrutura do tipo funcional.

Na percepção de César Castanhede compreendemos que “” depois dos trabalhos de Taylor, uma preocupação de medida e de estudo científico do tempo, estabelecendo-se cronometragem de todas as operações realizadas para a execução de qualquer trabalho ”” (CANTANHEDE, 1903, p. 44).

Podemos analisar pontualmente o que está ocorrendo, como se deve ocorrer e pontuar uma melhor maneira de execução, podem-se introduzir modificações que representa uma grande economia para o trabalho e diversas vantagens para o trabalhador.

A separação entre as funções de execução e preparação é um dos principais pontos do trabalho de Taylor, deve-se obter capacidade técnica bem elevada de modo poderá todo o momento ensinar o operário a realizar o trabalho e fazer com que ele compreenda as instruções destinadas a ele.

Compreende que o taylorismo foi se construindo através de uma nova cultura de trabalho sendo esta uma ciência do trabalho, exigindo uma postura e prática renovada de padrões e empregados, tendo sempre um espírito sem conflitos e essencialmente cooperativo não podendo conter resistências à nova administração por parte dos sindicatos e trabalhadores.

Portanto, a Reestruturação Produtiva constituiu-se na consolidação do modelo flexível de trabalho industrial denominado capitalismo flexível, em que o trabalho repetitivo visando a produção em massa cede lugar à flexibilidade no trabalho em que o indivíduo precisa se adaptar à diversidade dos vários setores de uma mesma empresa para atenderas necessidades advindas da tecnologia introduzida na produção.

Braga enfatiza que;

O modelo de produção em massa fordista foi universalizado e combinado com as técnicas de administração científica tayloristas, ao passo que foram ampliados diversos direitos sociais, o que suavizou temporariamente o conflito inerente à relação capital-trabalho até a crise de seu padrão de acumulação. (BRAGA, 1995, p. 96).

No século XX, o fordismo foi o sistema de produção que mais se desenvolveu e foi responsável pela produção em massa de mercadoria das mais diversas espécies, tendo a perspectiva de reduzir os custos de produção ao máximo, barateando o produto para poder vender para diversos consumidores. Não era necessário utilizar a mão de obra muito capacitada visto que dentro de sua etapa de produção cada trabalhador executava uma pequena tarefa.

Segundo a autora Maria da Graça Druck;

Deve compreender o fordismo, ele não apenas representa a amplificação do taylorismo, sua difusão e consolidação. O fordismo consegue realizar o que Taylor sabia como fundamental, para garantir a hegemonia da gerência científica sobre outras formas de administração. (DRUCK, 1999, p. 47)

Por conseguinte, é uma forma de racionalização da produção capitalista baseada em técnicas e inovações organizacionais articuladas, visando por um lado o consumo em massa e

por outro lado a produção em massa, sendo este mercado de massa criado para que todos pudessem comprar o automóvel.

Ainda de acordo com Druck;

Explicita-se a essência das políticas de gestão do trabalho, isto é, a busca incessante, pelo capital, do controle social, que começa pelo controle do trabalho, configurando uma luta política ininterrupta pela denominação e pela direção hegemônica na fábrica e na sociedade. (DRUCK, 1999, p. 49)

Destaque, as novas condições históricas efetuadas por mudanças tecnológicas, pelo consumo de massa, pela inclusão e integração dos trabalhadores e ainda pelo novo modelo de industrialização caracterizado pela produção em massa definindo o fordismo enquanto novo padrão de gestão do trabalho ou do Estado tendo assim, uma nova etapa de redefinição do padrão de acumulação do capital. Reafirma-se a essência do fordismo após a Segunda Guerra Mundial onde a era de Ford se estabelece, pois, o modo americano de viver e trabalhar necessita resistir ao novo modelo socialista de viver e trabalhar, em construção desde a Revolução Rússia, sendo indispensável o fortalecimento e amplificação das práticas fordistas e assim o Estado de bem-estar social abre um novo período de disputa política no plano mundial entre socialismo e capitalismo e nos planos nacionais, surgindo também como uma resposta ao movimento obtendo um caráter mais geral.

Druck enfatiza que;

As contribuições mais recentes acerca do fordismo podem ser compreendidas. Os desdobramentos do modelo fordista, já apontados por Gramsci desde a década de 30, avançam de tal forma no pós-guerra, no ambiente da Guerra Fria, que impõe novos estudos para explicar os seus reordenamentos e implicações. (DRUCK, 1999, p. 50)

Houve jornadas de trabalho absurdas e poucos direitos trabalhistas onde o fordismo apontou um sistema de produção que explorava a mão de obra e assim houve uma produtividade crescente ocorrendo o barateamento de bens de salário fazendo que o modo de vida dos operários industriais melhorasse substancialmente, denominada “era de ouro” esse desenvolvimento fordista nos EUA, gerou o crescimento econômico.

Então, o desenvolvimento fordista não existiu em um único modelo, pois pode ser aplicado em quaisquer país e região, sendo assim, pode ir além das fronteiras da América, para estabelecer formas nacionais de fordismo foram determinantes o nível de desenvolvimento

econômico, as relações e forças políticas em cada nação e as diferenças societárias, Druck e Ferreira discorrem:

Druck contextualiza que;

A sua difusão para os países europeus ocidentais e para o Japão no pós-guerra se dá de forma diferenciada e assume conotações próprias em cada um desses países. Para explicar estas diferenças, Boyer constrói uma tipologia de “configurações nacionais”. (DRUCK, 1999, p. 52)

Neste contexto Ferreira discorre:

O caso japonês configuraria o que ele chama de “fordismo híbrido”, na ex Alemanha Ocidental teríamos um “fordismo flexível” ou “flex fordismo”, na Suécia um “fordismo democrático” na Itália um “fordismo retardatário e imperfeitamente institucionalizado”, na França um “fordismo impulsionado pelo Estado”, na Grã-Bretanha um “fordismo falho ou defeituoso” enquanto nos Estados Unidos seria o país “fordismo genuíno” (FERREIRA, 1993, p.6)

Consideram-se as diferenças históricas de cada nação que consolidou a noção de “fordismo periférico”, designando aplicações do fordismo nos países considerados semi industrializados, incluindo o Brasil onde o mesmo foi implantado de maneira precária e incompleta.

Sendo assim, o fordismo tenta evitar ao máximo o desperdício e reduz ao mínimo o ciclo das transformações visando o máximo de trabalho com o mínimo de pena ou fadiga procurando evitar a “surmenage” introduzida no processo de trabalho sendo esta um novo conceito de ritmo e as relações entre empregador, operário e consumidor é um dos pontos fundamentais do trabalho industrial; iniciou o conjunto de fordismo, através de um resultado do trabalho bem orientado e persistente de um homem que deu início a sua vida profissional dirigindo os seus trabalhos em um único objetivo que sempre foi respeitado e seguido durante todo o transcurso de sua carreira industrial.

Entretanto, taylorismo e fordismo tinham o objetivo de ampliação do lucro dos detentores dos meios de produção; visaram à ampliação da produção sem se preocupar com as condições e direitos de trabalho dos operários. Sendo estas uma forma de organização da produção industrial e durante o século XX revolucionaram o trabalho fabril visando sempre a maximização do lucro e da produção, provocando mudanças significativas no ambiente fabril e objetivavam-se na ampliação da produção em um tempo menor e os lucros advinham através

da exploração da força de trabalho dos operários, e assim, diversas impressas adotaram o método do taylorismo e fordismo e algumas indústrias utilizam esses métodos nos dias atuais.

No entanto, o modelo fordista entra em crise devido a seu padrão de demanda, com toda essa falência cria-se alteração no ritmo de produção seguindo a orientação da demanda, e não mais da estocagem. Tendo como referência o Japão e suas inovações tecnológicas na produção automobilística nos anos 70, esta fase ganhou a alcunha de Toyotismo⁵, em contraponto ao termo Fordismo, que caracterizou o início da fase anterior com as indústrias Ford, nos Estados Unidos.

Ohno sinaliza que;

O Sistema Toyota de Produção, ou toyotismo, foi concebido para eliminar absolutamente o desperdício e superar o modelo de produção em massa americano. As bases desse sistema se ancoraram em dois pilares, sendo o *just-in-time* (JIT) e a automação com um toque humano. (OHNO, 1997)

Sendo assim, inovações tecnológicas, menos erros, aceleração da produção foram fatores que trouxeram na sua esteira inevitáveis conflitos de ordem social e trabalhista, reavivando os eternos conflitos ideológicos que permeiam o confronto Capital versus Trabalho como se esse confronto fosse inevitável, como sugerem algumas correntes mais intransigentes. O surgimento do emprego temporário refém da demanda, contratos precários, elevação eventual do desemprego e a queda da média salarial foram vistos pela iniciativa privada como efeitos colaterais de um processo que precisa pagar um preço social para alcançar a maior parte da sociedade com seus benefícios de progresso e geração de riqueza.

Por outro lado, as classes trabalhadoras viram-se no novo modelo, que no Brasil foi introduzido com relativo atraso em meados dos anos 80, com o fortalecimento da presença das multinacionais, uma consolidação da hegemonia neoliberal, com o Estado abdicando de seu papel provedor e permitindo a espoliação da força de trabalho.

Oliveira destaca;

O Brasil instaurou de forma atrasado a industrialização interna, destaca que neste momento, ocorre a introdução de um novo modo de produção, qualitativa e quantitativa distinta da estrutura agrária exportadora e que certos aspectos, passam a desempenhar o papel de enorme importância. A regulamentação em relação, trabalho e capital é um dos mais importantes, se não o mais importante. Intervenção do Estado na esfera da economia,

⁵Toyotismo é um sistema de organização voltado para a produção de mercadorias. Criado no Japão, após a Segunda Guerra Mundial, pelo engenheiro japonês Taiichi Ohno, o sistema foi aplicado na fábrica da Toyota. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/economia/toyotismo.htm> Acesso em: 11/06/2016.

operando e regulamentando os demais fatores, além do trabalho. (OLIVEIRA, 2013, p. 36)

Davam-se então os pilares do neoliberalismo no Brasil, como reflexo de mudanças históricas, econômicas e produtivas de uma esfera mundial. Tudo se refletia no Brasil e tudo se recebia de fora. Entrava-se em um novo cenário econômico e político, em uma nova relação de trabalho, demandas, capital e trabalhador. Na esteira deste confronto, foram e continuam sendo buscadas fórmulas de convivência que possibilitem um equilíbrio nas relações. Mas esta busca esbarra com frequência em fatores externos ao processo produtivo poder, ideologia, religiões, que levam com frequência a fracassos e decepções históricas, marcadas por distorções interpretativas das decisões públicas.

O Neoliberalismo trata-se de uma redefinição do liberalismo, influenciado pelas teorias econômicas, esses “novos liberais” são um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defendem a não participação do Estado na economia, onde deve haver total liberdade de comércio, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. Originalmente defendida desde o século XX pelo economista austríaco Frederich August Hayek, o neoliberalismo, veio em busca de pouca intervenção do governo no mercado de trabalho, a política de privatização de empresas estatais, a livre circulação de capitais internacionais, a abertura da economia para a entrada de multinacionais, a adoção de medidas contra o protecionismo⁶ econômico, a diminuição dos impostos etc. De acordo com os defensores do neoliberalismo, este sistema deixa a economia mais competitiva, proporciona o desenvolvimento tecnológico e, através da livre concorrência, faz os preços e a inflação caírem, mas em contra partida.

Netto e Braz ressaltam que;

A ideologia Neoliberal sustenta a necessidade de “diminuir” o Estado e cortar as suas “gorduras”, justifica o ataque que o grande capital vem movendo contra as dimensões democráticas da intervenção do Estado na economia. Contudo, melhor que ninguém, os representantes dos monopólios sabem que a economia capitalista *não* pode funcionar sem a intervenção estatal; por isso mesmo, o grande capital continua demandando essa intervenção. (NETTO, BRAZ. 2007 p. 227).

⁶Protecionismo é a teoria que propõe um conjunto de medidas econômicas que favorecem as atividades econômicas internas em detrimento da concorrência estrangeira. Tal teoria é utilizada por praticamente todos os países, em maior ou menor grau e é bastante difundida pelo mundo. BARRAL, Weber. O Brasil e o protecionismo. 2002. Disponível em <http://www.suapesquisa.com/> Acesso em 04/09/2016.

Nesta concepção, observamos que o capital necessita intervir nas demandas do Estado como destacam Netto e Braz “” na obtenção de incentivos fiscais, no apoio e assistência regulatória comercial, diplomática, política e cobertura militar. ”” (NETTO, BRAZ. 2007 p. 227).

Os governos de outros países da Europa tiveram dificuldade na implantação do projeto neoliberal, isso ocorreu por causa da resistência das organizações e movimento populares, especialmente dos sindicatos que lutaram até o último instante para manter os direitos já adquiridos, ocorreram em diversos países como na Alemanha, França, Espanha e Itália.

No Brasil não foi diferente, aderimos à lógica neoliberal de forma “atrasada”, em um período de crescente mobilização social, durante os anos 70 e 80, a busca do pensamento neoliberal consistia na reorientação do desenvolvimento brasileiro e na redefinição do papel do Estado, apresentada no governo Collor, mas somente com eleição de Fernando Henrique Cardoso e o Plano Real constituído na administração Itamar Franco que foi implantado.

Fiori enfatiza que;

FHC⁷ é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial. (FIORI, 1997, p. 14)

O discurso de Collor dizia promover a passagem de um capitalismo organizado pelo Estado para um capitalismo moderno, baseado na eficiência e competitividade. “” Tratava-se de ideias apregoadas por parte dos políticos e da burguesia, acerca da necessidade do país de um choque de capitalismo ”” (BRUM, 2002, p.181-182).

Vendo seu plano econômico não apresentar o desempenho imaginado, o regime de alta inflação ser mantido, Collor teve seu nome ligado à corrupção, fato este que o levou a ser retirado da presidência e assim ter postergado por algum tempo a entrada definitiva do Neoliberalismo no Brasil. Concluído o processo de impeachment, o vice-presidente Itamar Franco assumiu o posto para completar os dois últimos anos restantes daquele mandato. Suas principais orientações eram resgatar a ética na política e preparar o país para implantação de um novo plano de estabilização, esta nova tentativa foi idealizada por um grupo de economistas comandados pelo Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. O sucesso de sua estratégia, o Plano Real, levou a vencer as eleições em 1994 e dar prosseguimento em seu projeto, este plano faz parte de uma série de medidas que visavam à estabilização da

⁷ Fernando Henrique Cardoso - FHC

hiperinflação, estes planos adotados no continente latino-americano são da mesma ordem do Consenso de Washington⁸. “” Este na realidade, organizou um plano único de ajustamento das economias periferias, organizadas por órgãos como FMI e Banco Mundial ”” (FIORI, 1997, p. 52).

Esta estratégia tinha o seguinte objetivo de combate à inflação, através da valorização das moedas nacionais, associado à necessidade de ajuste fiscal.

De acordo com Souza e Carvalho:

O Plano Diretor da Reforma do aparelho do Estado, concebido pelo governo FHC, está centrado na busca de melhoria da atuação burocrática, pela via da valorização do servidor que integra as chamadas funções exclusivas de Estado e na separação das atividades de regulação das de execução, transferindo a execução, principalmente, para as Organizações Sociais. (SOUZA ECARVALHO, 1999. p. 42)

Na ótica do governo Cardoso era preciso que o Estado não somente sustentasse a competitividade, mas também se reestruturasse, visando programar uma administração pública gerencial que deveria se orientar pela eficiência e qualidade dos serviços (FALEIROS, 2004). O governo aduziu como única alternativa para a resolução dessa crise a “reconstrução do Estado”, ou seja, reformá-lo.

Em agosto de 2002, Bresser Pereira concluiu:

A Reforma do Aparelho do Estado voltada para a gestão e busca de resultados, inclusive com indicadores, metas e avaliação de desempenho, é um processo de mudanças da instrumentalidade da ação do Estado, dos meios da governança, no manejo ou gerenciamento de seus recursos econômicos e sociais, na busca da eficiência (BRESSER et.al, 2004. p. 39).

Em suma, o Estado neoliberal se pretende o mínimo e renuncia a suas responsabilidades sociais, outra grande delimitação do espaço de atuação do Estado é a terceirização, mediante a qual o governo transfere para o setor privado, através de licitação pública e contratos. “” Na prática, a terceirização se estendeu a outros tipos de serviço como a saúde ”” (GOMES SILVA, 2003).

⁸Trata-se de uma reunião sem caráter deliberativo, realizado ano de 1989, entre acadêmicos e políticos norte americanos e latino-americanos para buscar soluções que findassem com a estagnação reinante por mais de vinte anos na América Latina, mediante processo em que acabou se usando muito mais a persuasão do que a pressão econômica direta. O Consenso de Washington, além de contraditório com as práticas dos Estados Unidos e dos países desenvolvidos em geral, contém, como pudemos apreciar, várias incoerências nos seus próprios termos. Revela-se em especial inadequado quando se tem em conta que sua avaliação e prescrições se aplicam de maneira uniforme a todos os países da região, independentemente das diferenças de tamanho, de estágio de desenvolvimento ou dos problemas que estejam concretamente enfrentando. NOGUEIRA, Paulo. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 1994. Disponível em <http://www.consultapopular.org.br/> Acesso em 04/09/2016.

Ao se utilizar o mecanismo de terceirização dos serviços públicos para empresas privadas ou ONGs visto que o governo via como necessário o caráter competitivo na área social, estes passaram a serem consideradas mercadorias. Infelizmente é quando o caráter de direito social é perdido, pois os serviços ficaram disponíveis àqueles que tiverem recursos financeiros para adquiri-los, passando a noção de direitos sociais para a noção de um mercado de políticas sociais, individualizam os direitos sociais, transferindo para o mercado a efetivação dessas necessidades.

Contudo, a ideia de solidariedade, presente na Constituição de 88 é mudada pela competitividade, expressa a elevação das questões econômicas em primeiro lugar, onde a questão social se vê inserida na lógica neoliberal de restrição dos gastos sociais. A escolha por políticas sociais focalizadas, pelo racionamento dos gastos, pela redução da responsabilidade do Estado enquanto provedores de direitos sociais básicos à população foram, portanto, direitos da negação de uma política social inclusiva que durante o governo de FHC, passaram a depender de uma ajuda monetária relevantes como forma de subsistência. Acredita-se e é evidente a importância de mecanismos de transferência de renda para segmentos carentes, no entanto, esse não pode ser o núcleo de políticas sociais ou de uma política de redução da desigualdade, pois inviabilizar o projeto de desenvolvimento social.

1.2 A reforma do Estado Brasileiro nos ditames neoliberais.

Sintetizado anteriormente, as políticas econômicas e sociais do projeto neoliberal, no Brasil passaram a serem implementadas com o governo de Fernando Collor de Mello e, posteriormente, intensificadas por Fernando Henrique Cardoso. A condução da política brasileira esteve claramente em convergência com o ideário neoliberal. A intensificação da circulação financeira, a desobstrução ao mercado internacional, uma marcante desvalorização cambial, intensivo processo de privatização e medidas voltadas à estabilização monetária tendo expressão no Plano Real, são políticas voltadas à inserção econômica do país no contexto da nova ordem e estão salientadas as principais medidas adotadas com relação ao panorama econômico. Uma nova era de uma política industrial visando desenvolvimento e competitividade, este processo suscitou diversas correntes de opinião quanto à definição precisa deste fenômeno.

Dentro da perspectiva econômica, a globalização está intimamente ligada a uma orientação neoliberal⁹ que traria o aumento da dependência financeira da economia nacional, antes vulnerabilizada, como no caso do Brasil, no que é corroborado por Dowbor (1998), “também com uma perspectiva crítica acerca dos acirramentos recentes e maiores entre países pobres e ricos”. O neoliberalismo como uma orientação política reinante na década de 90, tanto nos países centrais, quanto nos periféricos, é um mal distribuidor de riqueza e mau gerador de empregos. “A classe dirigente, que se basearia nas formulações neoliberais, não estaria fazendo as propostas necessárias para a nação que representa, mas, sim, gerando políticas para a manutenção de um status político de subalternidade” (DOWBOR, 1998b).

O auto beneficiamento da classe dirigente é definida pelo autor como sendo portadora de uma lógica centrada nos interesses do capital, a saber; “o território nacional é o espaço para o interesse do capital globalizado ou a mecanização do atraso.” (DOWBOR, 1998a, p. 70).

Sabe-se que as influências do neoliberalismo, as benesses e os danos na América Latina têm como marco o que se convencionou chamar de “Consenso de Washington” como orientação político-econômica dominante para os países em desenvolvimento, dentre eles, o Brasil que apresentou relativo destaque na incorporação e implementação das reformas sugeridas pelo referido consenso. O plano de ajustamento das economias periféricas, endossado pelo FMI e pelo BIRD para ser adotado nos países do Sul¹⁰ (FIORI, 1995).

A América Latina, a partir da década de 90, tornou-se bastante disponível para a expansão dos fluxos internacionais de bens, serviços e capital; para o acirramento da concorrência nos mercados internacionais e para a maior integração entre os sistemas econômicos nacionais, o que abrangeu também aspectos ambientais, culturais, políticos e sociais (GONÇALVES, 1998, p.39).

De toda forma, o neoliberalismo se apresenta como uma volta do liberalismo clássico, essa nova construção do pensamento político onde era defendido o Estado mínimo, o Estado como um agente que deveria se recolher ao máximo, transferindo a tomada de decisões, de

⁹Segundo Cano (2000), o neoliberalismo dentro de uma perspectiva político econômica apresenta três aspectos, dois relacionados a economia e um relacionado a política. Ele é autoritário (político); inexistem medidas efetivas para as questões sociais (econômico) e, os direitos dos trabalhadores, decorrentes de um processo histórico tem sido desmontados, regredindo os ganhos trabalhistas dos trabalhadores através da flexibilização do trabalho (econômico). Esses aspectos políticos e econômicos tem demonstrado ser deficientes para resolver as questões sociais. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/> acesso em 28/09/2016.

¹⁰A primeira experiência do neoliberalismo na América do Sul, se não, na própria história contemporânea foi com Pinochet no Chile a partir de 1973, cujo conjunto de medidas envolviam a desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição da renda em favor dos ricos, privatização Barbarói. Santa Cruz do Sul caracterizou o processo. Todas essas reformas se davam sobre um regime de ditadura militar, um dos mais cruéis instaurados na América Latina (FIORI e PACHECO 1995).

forma crescente, para o plano privado e repassando serviços básicos estatais para as mãos de empresas particulares, deixando assim a sociedade sob a égide da “eficiência” e da “livre concorrência”.

Neste sentido, Boito Jr, acrescenta;

Essa ideologia de exaltação do mercado se expressa através de um discurso polêmico: ela assume, no mais das vezes, a forma de uma crítica agressiva a intervenção do Estado na economia. O discurso neoliberal procurava mostrar a superioridade do mercado frente à ação estatal (BOITO JR, 1999, p. 45).

Basicamente o neoliberalismo tomou para si a posição de reformulação das funções do Estado, resgatando a ideia de Estado Mínimo e de livre mercado, onde de certa forma está contida a noção de tendência ao equilíbrio. O mercado como sendo o espaço da produção e reprodução do capital sem a interferência política do Estado, ou seja, como espaço de neutralidade. Contudo, à perda da capacidade de regular os fluxos de capitais e mercadorias que circulavam na economia configurou-se na redução da capacidade dos governos de regular o mercado interno, coordenando a alocação dos investimentos.

Nesta perspectiva, Santos afirma;

Dentro de uma abordagem sistêmica, a intensificação do capital em um determinado espaço, artificializando as relações sociais e excluindo mais do que incluindo populações vulneráveis, sendo necessário, com isso, incorporar, na análise crítica acerca da globalização, a compreensão da ideia de conflito e das relações sociais como necessidades e suficiências diferenciadas e subjugadas nos processos de interações. (SANTOS 1999. p. 58)

O capitalismo fortalece e expande o mercado, as transições econômicas, os investimentos internacionais e concorreniais prosseguiram em crescimento expansivo, dando-se o fenômeno da globalização.

Lacerda discorre:

O processo de internacionalização da produção que avançou substancialmente a partir dos anos oitenta tem provocado transformações nos planos tecnológico, organizacional e financeiro, que tem intensificado a concorrência em escala mundial. Não existe consenso a respeito do conceito de globalização. Há autores que o associam ao “grau, extensão, natureza e padrão da concorrência à escala mundial”. No entanto, se não há um consenso a respeito do conceito de globalização, não há dúvida de que esse é um fenômeno complexo que assume características distintas nas diferentes esferas das relações econômicas internacionais- produtiva-real, monetária-financeira, comercial e tecnológica. (LACERDA, 1998. p. 19)

Descrever a globalização¹¹ é percorrer os passos da evolução do capitalismo, entender o encurtamento das distâncias mundiais de produção, que foi favorecido pelas tecnologias e o acúmulo de capital, proliferando as corporações industriais, provocando a concentração de riquezas na escala mundial. Caracterizada pelo ideal Neoliberal, as transformações nos países desenvolvidos davam o início de muita desigualdade social e nos países subdesenvolvidos provocou o aumento das desigualdades sociais, crescendo o setor informal. “” A globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo e processo de alcance mundial ”” (IANNI, 1996). Houve uma expansão do fluxo de capitais em todo o sistema financeiro internacional, ações, empréstimos, financiamentos, moedas e títulos, atingindo não somente os países desenvolvidos, mas os subdesenvolvidos também. Consequência destes fatos, o crescimento da concorrência é inevitável, cresce a disputa de mercado, corrida por espaço nas transações, na comercialização, nos valores, investimentos e todo envolvimento monetário englobado. Projeções para novos dinamismos do capitalismo global, as forças produtivas e as relações de produção assumem um desenvolvimento intensivo e extensivo, atravessando fronteira, redescobrimo diversas formas de organização social do trabalho e produção. Neste sentido, entende-se que a globalização se se encadeou consequente ao neoliberal.

Aprofundando ao que citamos anteriormente e dentro da análise do cenário no Brasil. “” Iniciou-se no Brasil um amplo processo de liberalização comercial. Essa liberalização fazia parte da Nova Política Industrial, que tinha por objetivo a modernização e o aumento do parque industrial, e propunha benefícios fiscais. ”” (LEAL, 1992, p.57). Historicamente o país passava por uma grande crise, afundado na inflação, problemas econômicos e dívida externa exuberante, um cenário histórico após quase trinta anos sem eleições. As eleições diretas¹², elegem Fernando Collor de Melo por voto popular Presidente da República no Brasil,

Contextualizando a vitória de Collor, Figueiredo, descreve:

A vitória de Collor começa, na realidade, logo após o Plano Cruzado. Baixado para solucionar o problema espiral inflacionário e estabilizar a situação

¹¹Não há um consenso a respeito do conceito de globalização, não há dúvida de que esse é um fenômeno complexo que assume características distintas nas diferentes esferas das relações econômicas internacionais- produtiva-real, monetária-financeira, comercial e tecnológica. Não obstante, parecem haver dois elementos comuns à dinâmica do sistema econômico mundial, independentemente da esfera, que são a aceleração da internacionalização e o acirramento da competição. A globalização é um conceito novo e útil à medida que envolve a sincronia desses dois elementos. O Brasil na economia globalizada. Antônio Corrêa de Lacerda. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/viewFile/157/160> Acesso em: 26/09/16.

¹²A eleição é diretas quando os ocupantes dos cargos legislativos e executivos são escolhidos pelo voto dos eleitores - e não por um colégio ou assembleia. No Brasil, as eleições diretas para Presidente da República estiveram em vigor entre 1945 e 1964, ano em que ocorreu o golpe militar. Em 1989, foi reinstituída a escolha direta. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/295354/eleicao-direta> 30/09/2016 Acesso em: 30/09/2016

econômica no início de 1986, o plano havia representado uma melhora real dos salários e, com um congelamento geral dos preços, levou a explosão do consumo e da popularidade do governo Jose Sarney e do partido Democrático Brasileiro. (FIGUEIREDO, 1994. p. 49)

Via-se no contexto brasileiro a chance de um novo caminho, a população sofria com o Plano Cruzado¹³, insatisfeita com o cenário que viviam, elegeram um presidente que durante a campanha mostrou-se ser a opção de “salvador da pátria”, utilizou da mídia como faceta de marketing, principalmente a televisão, apresentava-se a população uma esperança de um presidente jovem, com raízes na política, bonito e de fala consistente. “” a partir de 1990, após a posse de Collor, a liberação da política comercial foi grandemente acelerada. Logo após sua posse o governo anunciou, entre outras medidas, o fim do controle administrativo. ”” (GONÇALVES, 1998. Pag. 105). O que ninguém esperava aconteceu, o “salvador” tornou-se um desastre para a economia brasileira. Instauraram-se medidas de modernização administrativas para uma nova economia, dando-se aí o plano Collor.

De acordo com Filgueiras;

“Com o Governo Collor e seu plano econômico, assistiu-se a uma ruptura econômico-política que marcou definitivamente a trajetória do desenvolvimento do Brasil na década de 1990. Pela primeira vez, para além de uma política de estabilização, surgiu a proposta de um projeto de longo prazo, que articulava o combate à inflação com a implementação de reformas estruturais na economia, no Estado e na relação do país com o resto do mundo, com características nitidamente liberais. No entanto, esse projeto, conduzido politicamente de maneira bastante inábil, acabou por se inviabilizar naquele momento.” (FILGUEIRAS 2000. p. 84)

O Plano Collor trouxe ainda alguns reflexos para sociedade que perduram até os dias atuais, o plano que acarretou o retorno do cruzeiro, congelamento de salários, altíssimo índice de desemprego, congelou o preço dos produtos no mercado, confiscou depósitos bancários, bloqueio de contas corrente e poupanças, privatizou empresas e envolveu-se em escândalos de corrupção.

¹³O plano Cruzado previa reajuste automático, por meio de um dispositivo chamado “gatilho salarial” ou “seguro-inflação”, sempre que a inflação alcançasse 20%. Com a economia muito aquecida, houve excesso de demanda. Os juros da economia estavam negativos, algo que desestimulava a poupança e pressionava o consumo. O avanço do consumo em todas as classes sociais pressionou a inflação, mas trouxe uma notícia nunca antes vista no Brasil: o nível de desemprego chegou a 2,16% durante o plano. Nunca mais na história, o país voltou a ter um índice tão baixo de desemprego. A volta da inflação e a perda rápida da popularidade não refletem os resultados econômicos do governo Sarney, que assentam firmemente no Plano Cruzado. Em 1986, por exemplo, o crescimento do PIB foi de 7,49%. Disponível em: <http://www.josesarney.org/o-politico/presidente/plano-cruzado/Copyright> © 2016 José Sarney. Acesso em: 30/09/2016

Sobre a importância da globalização no governo de Collor, Gennari destaca;

No Governo Collor, teve início o mais radical processo de abertura comercial já registrado desde pelo menos a chamada mudança do eixo dinâmico, nos anos trinta, brilhantemente descrito por Celso Furtado em sua obra Formação Econômica do Brasil. As alíquotas médias passaram de 30,5% em 1989 para 32,2% em 1990. Baixaram para 25,3% em 1991 e reduziram mais ainda para 20,8% em 1992, último ano de governo efetivo de Collor de Mello que sofreu processo de impeachment em outubro de 1992 devido às denúncias de corrupção num ambiente de completo fracasso do Plano Collor II. (GENNARI. 2002. p. 38)

Como descrito, Collor não teve uma gestão bem-sucedida com seus planos de governo, mas tem destaque na abertura do comércio, nas mudanças do eixo da economia, mesmo gerando um desastroso desmonte a sociedade, onde o “salvador da pátria” se tornou uma “propaganda enganosa”. Envolvido em escândalo familiar, entregou os jornais pelo irmão Pedro Collor¹⁴, levado ao congresso, gerando uma repercussão histórica do movimento social das diretas já e das caras pintadas, encerra o governo de Fernando Collor de Melo.

A econômica brasileira necessitava encontrar uma estabilização e controlar o alto índice de inflação, vivia historicamente um dos momentos mais difíceis do país. Após Collor quem assume a presidência é Itamar Franco¹⁵, em abril de 1993, cumprindo com o previsto na Constituição, o governo fez um plebiscito para a escolha da forma e do sistema de governo no Brasil. O povo decidiu manter tudo como estava: escolheu a República (66% contra 10% da Monarquia) e o Presidencialismo (55% contra 25% do Parlamentarismo). No governo de Itamar Franco foi elaborado o mais bem-sucedido plano de controle inflacionário da Nova República: o Plano Real. Montado pelo seu Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, o plano visava criar uma Unidade Real de Valor - URV para todos os produtos, desvinculada da moeda vigente, o Cruzeiro Real.¹⁶ O governo de Itamar foi o que lançou FHC, o começo do Plano real que futuramente seria fomentado e ajustado no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Singer esclarece:

Quando FHC tomou posse, em 1/1/95, o Plano Real já estava em vigor havia um semestre e tinha alcançado o seu principal objetivo: a estabilização dos preços. Não obstante, para os meios de comunicação de massa o Plano Real

¹⁴Ver mais em Passando a Limpo - a Trajetória de um Farsante. Pedro Collor de Mello, 1992- Editora Record.

¹⁵Itamar Franco assumiu a presidência após o Impeachment de Fernando Collor de Mello de forma interina entre outubro e dezembro de 92, e em caráter definitivo em 29 de dezembro de 1992. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/historiab/itamar-franco.htm>. Acesso em: 29/09/2006

¹⁶Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/historiab/itamar-franco.htm> Acesso em: 29/09/2016

mal tinha começado e sua realização seria a principal razão de ser do governo de FHC. Isso se explica por uma convenção, que parece predominar na maioria dos países, qual seja, a de que planos ou revoluções só acabam quando fracassam ou são explicitamente revogados. (SINGER 1999. p. 25)

A partir daí, assim que assume a presidência FHC começa a privatizar empresas, estabelecer medidas para baixar a inflação e correção, aumento dos juros e diminuição dos gastos públicos. Suas medidas o levaram a permanecer por oito anos no governo federal, conseguindo aceitação e valorização da moeda, diminuição da inflação, em contrapartida um significativo aumento da dívida externa. FHC programou mudanças na gestão, na prestação de serviços e no papel do Estado.

O Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo acarretando a deterioração dos serviços públicos recorrendo em particular, a parcela menos favorecida da população; na concepção de Fernando Henrique Cardoso compreendemos que “” A reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia. Somente assim será possível promover a correção das desigualdades sociais e regionais ””. (BRASIL, Presidente, 1995 – F. H. Cardoso). Neste sentido há um desafio histórico que o País se dispõe a enfrentar onde se articula um novo modelo de desenvolvimento que traga a perspectiva de um futuro melhor para o conjunto da sociedade brasileira.

Registrado em BRASIL, Presidente;

O Estado, cuja competência e limites de atuação estão definidos precipuamente na Constituição, deriva seu poder de legislar e de atribuir a população, da legitimidade que lhe outorga a cidadania, via processo eleitoral. A sociedade, por seu turno, manifesta seus anseios e demandas por canais formais ou informais de contato com as autoridades constituídas. É pelo diálogo democrático entre o Estado e a sociedade que se definem as prioridades a que o Governo deve ater-se para a constituição de um país mais próspero e justo. (Brasil, Presidente, 1995 - F. H. Cardoso, p.13)

Ocorreu em todo o mundo um debate a respeito do que o Estado deve desempenhar na vida contemporânea e o grau de intervenção que se deve ter na economia, em razão do modelo de desenvolvimento adotado, no Brasil este contexto tem uma relevância particular, pois o Estado se desviou de suas funções precípuas para atuar com grande ênfase na esfera produtiva acarretando neste último ano distorções crescentes tornando-se insustentáveis na década de 90 onde passou a conviver com artificialismos.

De acordo com BRASIL, Presidente;

Sem dúvida, num sistema capitalista, o Estado e mercado, direta ou indiretamente, são as duas instituições centrais que operam na coordenação dos sistemas econômicos. Dessa forma, se uma delas apresenta funcionamento irregular, é inevitável que nos deparemos com uma crise. Foi assim nos anos 20 e 30, em que claramente foi o mau funcionamento do mercado que trouxe em seu bojo uma crise econômica de grandes proporções. Já nos anos 80 é a crise do Estado que põe em xeque o modelo econômico em vigência. (Brasil, Presidente, 1995 - F. H. Cardoso, p.14)

Assim, a crise agravou-se de forma incontrolável, levou-se a necessidade de uma redefinição do papel do Estado. Esse cenário destacava-se mundialmente, refletindo de forma interna da economia nacional e externa na economia mundial, tornando-se inadiável ponderar a questão da reforma ou da reconstrução do Estado que não conseguia mais atender com eficiência a sobrecarga de demandas a ele direcionadas com êxito, em destaca na área social.

Na percepção de Brasil, “” a reforma do Estado não é, assim, um tema abstrato: ao contrário, é algo cobrado pela cidadania, que vê frustradas suas demandas e expectativas ”” (BRASIL, Presidente, 1995 - F. H. Cardoso, p14). Expressava a dificuldade do Estado em continuar a administrar as grandes expectativas relacionadas à política de bem-estar que era aplicada com êxito no pós-guerra sendo esta a desordem econômica, havendo diversas tentativas de explicação ficou clara que o motivo da desaceleração econômica nos países desenvolvidos e dos graves desequilíbrios no Leste Europeu e na América Latina era a crise do Estado onde não soube processar adequadamente a sobrecarga de demandas a ele destinado.

BRASIL, Presidente discorre:

A primeira Grande Guerra Mundial e a Grande Depressão foram o marco da crise do mercado e do Estado Liberal. Surge em seu lugar um novo formato de Estado, que assume um papel decisivo na promoção do desenvolvimento econômico social. A partir desse momento, o Estado passa a desempenhar um papel estratégico na coordenação da economia capitalista, promovendo poupança forçada, alavancando o desenvolvimento econômico, corrigindo as distorções do mercado e garantindo uma distribuição de renda mais igualitária. (Brasil, Presidente, 1995 - F. H. Cardoso, p.14 a 15)

Assim, esse modelo se mostrou superado nos últimos 20 anos, sendo vítima de distorções decorrentes da tendência que ocorreu em grupos de funcionários e empresários que estavam em busca de utilizar o Estado para seu próprio benefício e também vítima da economia mundial.

BRASIL, Presidente sintetiza:

A crise do Estado define-se então como: (1) uma crise fiscal, caracterizada pela crescente perda do crédito por parte do Estado e pela poupança pública que se torna negativa; (2) o esgotamento da estratégia estatizante de intervenção do Estado, a qual se reveste de várias formas: o Estado do bem-estar social nos países desenvolvidos, a estratégia de substituição de importações no Terceiro Mundo, e o estatismo nos países comunistas; e (3) a superação da forma de administrar o Estado, isto é a superação da administração pública burocrática. (BRASIL, Presidente, 1995 - F. H. CARDOSO, p. 15).

Nesta análise torna-se clara a crise no Brasil a partir da segunda metade dos anos 80 onde suas manifestações foram mais evidente sendo a própria crise fiscal, ocorrendo o esgotamento da estratégia de substituição de importações inseridas em um contexto mais amplo para superar as formas de intervenção econômica e social do Estado; a relutância imediata à crise após a transição democrática foi ignorá-la.

A partir dos anos 90 houve uma resposta sólida com o desafio de superação da crise onde se teve a ideia da reconstrução do Estado com finalidade de resgatar sua autonomia financeira e sua capacidade de programar políticas públicas.

De acordo BRASIL, Presidente;

Entende-se por aparelho do Estado a administração pública em sentido amplo, ou seja, a estrutura organizacional do Estado, em seus Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e três níveis (União, Estados-membros e Municípios). O aparelho do estado é constituído pelo governo, isto é, pela cúpula dirigente nos três Poderes, por um corpo de funcionários, pela força militar. O Estado, por sua vez, é mais abrangente que o aparelho, porque compreende adicionalmente o sistema constitucional-legal, que regula a população nos limites de um território. (BRASIL, Presidente, 1995 - F. H. Cardoso, p. 16 a 17)

Portanto, fica nítido que o Estado tem o poder de tributar e legislar a população de um determinado território e o mesmo é uma organização burocrática que tem o monopólio da violência legal, e se distingue a reforma do aparelho do Estado da reforma do Estado onde a reforma do aparelho do Estado tem um propósito mais restrito sendo orientada para tornar a administração pública mais voltada para a cidadania e mais eficiente e já a reforma do Estado objetiva-se às várias áreas de governo e ao conjunto da sociedade brasileira.

BRASIL, Presidente enfatiza que;

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento

econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalece-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento. No plano econômico o Estado é essencialmente um instrumento de transferência de renda, que se torna necessário dada a existência de bens públicos e de economias externas, que limitam a capacidade de alocação de recursos do mercado. (BRASIL, Presidente, 1995 - F. H. CARDOSO, p.17)

Contudo, a reforma do Estado significou transferir para o setor privado as atividades que o mercado podia controlar a descentralização para o setor público não estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas deve ser subsidiado pelo mesmo e é um contexto que não está tão claro, sendo denominado de “publicização”.

Na concepção de BRASIL, Presidente “” A reforma do Estado envolve múltiplos aspectos. O ajuste fiscal devolve ao Estado capacidade de definir e implementar políticas públicas. Através da liberalização comercial, o Estado abandona a estratégia protecionista da substituição de importações “” (BRASIL, Presidente, 1995 - F. H. Cardoso, p. 18). Assim faz com que o Estado reduza o seu papel de prestador de direito de serviços ou executor pois se mantém no papel de provedor e regulador ou até mesmo promotor destes, nos serviços sociais como saúde e educação também pois os mesmo são essenciais para o desenvolvimento; tendo uma nova perspectiva deve-se buscar o fortalecimento das funções de regulação e de coordenação do Estado e em particular a nível federal e a descentralização vertical para os níveis municipal e estadual, das funções executivas no campo de infraestrutura e da prestação de serviços sociais.

Entretanto, o Estado tem a capacidade de governar, pois existe uma transição programada de um tipo de administração pública burocrática, rígida e ineficiente que é voltada para si mesmo e para o controle interno para se obter uma administração pública gerencial, eficiente e flexível que seja voltada para o atendimento do cidadão. BRASIL, Presidente relata que; “” O governo brasileiro não carece de “governabilidade”, ou seja, de poder para governar, dada sua legitimidade democrática e o apoio com que conta na sociedade civil. ”” (Brasil, Presidente, 1995 - F. H. Cardoso, p.19) Contudo, o governo enfrenta um problema de governança, pois o mesmo em que sua capacidade de executar as políticas públicas é limitada pela imobilidade e falta de eficiência da máquina administrativa.

ABRUCI e COSTA contextualizam;

No contexto mais amplo do governo Fernando Henrique Cardoso, o projeto de reforma administrativa esteve fortemente vinculado ao ajuste fiscal e à redução de custos. Isto não significa que o ideário do governo tenha sido o mesmo do início da gestão Collor, em que se propugnou a demissão do maior

número de servidores como forma de resolver a crise do Estado. Três fatores tornaram a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso muito diferente da “política do desmanche”. (ABRUCI e COSTA - Fundação Konard, 1998, p. 62)

Assim, ressaltando ainda que há diferenças entre Fernando Henrique Cardoso e Collor, pois Fernando Henrique Cardoso não teve nenhum tema para sua peça fundamental de campanha já Collor, tentou constituir um governo que era baseado no marketing do “caçador de marajás” sendo que Fernando Henrique não era vinculado a um ideal de Estado mínimo ou ultra liberal.

Na concepção de Abrúcio e Costa “” foi o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995) que deu uma feição diferenciada à reforma administrativa do presidente Fernando Henrique Cardoso, fazendo-o avançar além da estratégia fiscalista sem negá-la por completo. ”” (ABRÚCIO E COSTA FUNDAÇÃO KONARD, 1998, p. 63).

Este Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado basicamente se constituiu em obra política e intelectual do ministro Bresser Pereira, em muitas das vezes o governo esteve aquém deste projeto; optando primeiramente pela estratégia fiscalista e teve como second best o modelo de administração pública gerencial e assim a ênfase da reforma administrativa foi colocada no aspecto fiscal.

No contexto de setor público, Abrucio e Costa discorre;

No que se refere ao setor público, a intervenção do governo Fernando Henrique Cardoso desdobrou-se em dois programas da reforma: de um lado, o Executivo aprovou no Congresso uma reforma profunda do capítulo da ordem econômica, eliminando os mecanismos de reserva de mercado, protecionismo e monopólio estatal que inibiam o investimento privado e a privatização ou concessão dos setores de infraestrutura; de outro, empenha-se em aprovar reforma na Previdência e na Administração Pública. (FUNDAÇÃO KONARD, 1998, p. 13)

Destacando que na reforma administrativa, o objetivo principal é reduzir os gastos públicos, principalmente nos estados e também de flexibilizar a administração pública, para se tornar possível a modernização da gestão dos órgãos públicos obtendo a criação de novas formas de provisão dos serviços, como se é proposto no Plano Diretor para a Reforma do Aparelho do Estado. Consequentemente trazia as refrações da questão social cada vez mais presente, gerando desemprego, desigualdade e pobreza. Criavam-se então estratégias para minimizar ou retardar essas refrações, como uma estratégia desse novo Estado, que não assumiria uma “paternidade” presencial e ativa, mas redistribuiria sua função.

Silva diz que, “” avaliou-se que as políticas neoliberais foram insuficientes para abrir um novo ciclo de desenvolvimento econômico, sendo necessário aprimorá-las. ”” (SILVA 2001) O autor em epigrafe aponta para;

De acordo com Souza, o Plano Diretor da Reforma do aparelho do Estado, concebido pelo governo FHC, está centrado na busca de melhoria da atuação burocrática, pela via da valorização do servidor que integra as chamadas funções exclusivas de Estado e na separação das atividades de regulação das de execução, transferindo a execução, principalmente, para as Organizações Sociais”. (SOUZA e CARVALHO. 1999. p. 94)

O governo buscava reestruturar e encontrou saída na sua “desresponsabilização”, ampliando a participação popular e social, dando e repassando a responsabilidade econômica de suprir as demandas. Compreende-se que o governo FHC separou e reorganizou o Estado e suas funções, que prevalecem seguindo forma até o presente. O neoliberalismo, como conceito de “novo”, adapto ainda mais as estratégias liberais, para corresponder a um capitalismo crescente e demandas econômicas e produtivas. O governo aduziu como única alternativa para a resolução dessa crise a “reconstrução do Estado”, ou seja, reformá-lo (Gomes Silva, 2001). Em agosto de 2002, Bresser Pereira concluiu¹⁷;

A Reforma do Aparelho do Estado voltada para a gestão e busca de resultados, inclusive com indicadores, metas e avaliação de desempenho, é um processo de mudanças da instrumentalidade da ação do Estado, dos meios da governança, no manejo ou gerenciamento de seus recursos econômicos e sociais, na busca da eficiência. (BRESSER PEREIRA apud FALEIROS, 2004, p. 51)

Surge então à terceirização, o governo começa a distribuir funções que eram sua demanda, repassando-as as empresas privadas, a população e a sociedade. Por meio do Programa Nacional de Publicização (PNP), o governo transferiu para “o setor público não estatal” - o chamado terceiro setor -, a produção dos serviços competitivos ou não, exclusivos do Estado, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle (BRASIL, 1995). Segundo (Bresser Pereira 1998). As organizações sociais, executoras das atividades da área social, seriam controladas não apenas através da administração gerencial, mas também e principalmente através do controle social e da constituição de quase mercados¹⁸.

¹⁷ AURORA ano II número 3 - DEZEMBRO DE 2008 ISSN: 1982-8004 www.marilia.unesp.br/aurora acessado em 13/06/2016

¹⁸ AURORA ano II número 3 - DEZEMBRO DE 2008 ISSN: 1982-8004 Disponível em: www.marilia.unesp.br/aurora acessado em 13/06/2016

A Reforma do Estado no governo Cardoso articulou medidas legislativas, mudança regulatória e ações governamentais para uma reordenação estratégica do papel do Estado, que deveria passar de impulsionador do desenvolvimento para o de impulsionador da competitividade da economia. Para tanto, transferiu patrimônio público para o mercado, mudou a relação do Estado com o mercado e a sociedade, considerando o Estado como complementar ao mercado.¹⁹ Deu-se então a Reforma do Estado, a terceirização de serviços, a reorganização do aparelho do Estado, das funções estatais e da compreensão da passagem de funções a sociedade e a privatização dos serviços. Instaurando pelo viés do neoliberalismo.

1.3 O Terceiro Setor como aparato no enfrentamento da Questão Social

A dinâmica societária no final do século XX traz um conjunto de transformações sócias históricas que surgem na relação entre Estado e sociedade. Sobre esta relação, destacamos a transferência de responsabilidades no enfrentamento das expressões da questão social para o mercado, acarretando um processo de profundas modificações nas respostas às sequelas sociais. Este processo é acompanhado de mudanças também na esfera do trabalho, onde através da Reforma do Estado, os serviços públicos são reduzidos, os gastos governamentais se enxugam ao máximo. Dessa forma, evidencia se um ataque do projeto neoliberal contra o Estado do Bem-Estar Social através da desarticulação do poder do Estado, dos sindicatos dos trabalhadores, visando com isso, impor sua política de ajuste monetário.

Conforme Motta;

As transformações que ocorrem no mundo do trabalho, com o processo de acumulação capitalista e a flexibilidade no processo de trabalho, apresentam a desregulamentação dos direitos do trabalho. Impulsionado pelo avanço tecnológico passa a requerer uma nova estruturação nos serviços financeiros gerando uma imensa desigualdade no desenvolvimento entre as regiões. (MOTTA 2008, p. 47)

Este avanço tecnológico são reflexos da globalização mundial, contexto da atualidade baseada na hegemonia do capital onde, com o atrelamento do capital bancário ao capital industrial e o avanço constante da tecnologia, percebe-se a alteração na produção e na gestão

¹⁹ AURORA ano II número 3 - DEZEMBRO DE 2008 ISSN: 1982-8004 Disponível em: www.marilia.unesp.br/aurora acessado em 13/06/2016

do trabalho o que por sua vez, gera o crescimento da exclusão não somente social, mas econômica, política e cultural das classes subalternas. A consequência desse processo é visível no crescente número de desempregos gerando a criação de uma postura crítica quanto à política governamental limitada em face de este processo.

Para garantir a rentabilidade nos lucros, as empresas se tornam "enxutas", através do processo de terceirização, o que por sua vez precariza as relações de trabalho, reduzindo ou até mesmo eliminando os direitos sociais garantidos no período pós-guerra.

O mercado de trabalho apresenta tendências na classe trabalhadora, onde pequena parcela possui trabalho estável e a grande maioria em trabalhos precários. A modernização no processo de trabalho implica neste contexto, na redução da demanda de trabalhadores e expulsão da mão-de-obra do mercado de trabalho.

Surge então, o que Iamamoto chama de “” “uma nova pobreza”, onde uma ampla gama da população não tem acesso ao mercado de trabalho. ”” (IAMAMOTO 2007, p. 33)

O Estado fica submetido cada vez mais economicamente e politicamente aos interesses dominantes, refletindo nas políticas sociais que tornam focalizadas, descentralizadas e privatizadas. Com o enxugamento da participação do Estado, os serviços sociais públicos são escassos, percebe-se, que o Estado distribuiu o fundo público de forma desigual, favorecendo a sustentação do capital.

O processo de reestruturação do capital ou reestruturação produtiva foi à forma que o capital encontrou para vencer sua própria crise. Através da reconstrução de sua estrutura econômica e da relação entre mercado e Estado, este processo exigiu uma modificação das formas de sociabilidade capitalista, gerando aos trabalhadores uma nova forma de sociabilidade, conforme Motta pontua “” são construídas de forma a fraturar suas formas históricas de organização e aderindo a uma cultura política que comporta alternativas à ordem do capital. ”” (MOTTA 2008)

Com o processo de terceirização, os problemas dos trabalhadores começam a surgir através da fragmentação objetiva do trabalhador coletivo, trabalhadores formais, estáveis, e os trabalhadores informais, instáveis, precários e desprotegidos.

Assim, esta dinâmica reflete a exclusão dos trabalhadores do mercado formal de trabalho criando uma forma funcional de inclusão econômica, pois ao terceirizar a produção de mercadorias, conseqüentemente o capital consegue reduzir custos. Como afirma Antunes, “” a atual tendência do mercado de trabalho é reduzir o número de trabalhadores centrais e empregar cada vez uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos. ”” (ANTUNES,

2007), Neste contexto, os trabalhadores excluídos do trabalho estável são incluídos no trabalho informal de forma precária, desprotegida e correndo o risco do desemprego permanente.

Com a terceirização, o capital se desresponsabiliza da manutenção dos direitos e encargos sociais e trabalhistas dos funcionários de forma direta, transferindo-os para as empresas terceiras que absorvem esses trabalhadores e disponibilizam os serviços. Com essa dinâmica emerge as expressões da questão social, como, o desemprego, falta e restrição aos serviços sociais públicos, desorganização familiar e a emergência das diversas formas de violência advindas da desigualdade e exclusão social. A questão social insere-se no contexto do empobrecimento da classe trabalhadora com a consolidação e expansão do capitalismo, bem como o quadro da luta e do reconhecimento dos direitos sociais e das políticas públicas correspondentes. Na sua gênese histórica, percebe-se a presença de lutas operárias e da repressão que se segue nessas lutas relacionadas entre o direito à privacidade e o direito ao trabalho.

Segundo Netto;

A expressão questão social foi utilizada para evidenciar um fenômeno novo advindo da Primeira Revolução Industrial, ou seja, o pauperismo, que no contexto do surgimento do capitalismo urbano-industrial atingiu a população trabalhadora. A nova questão social foi caracterizada pela alteração no perfil da pobreza inserida no mundo do trabalho. O aumento da exclusão social aconteceu devido um conjunto de fatores relacionados não apenas ao aumento da desigualdade, mas também, como ao regime político e a democracia, onde esta é falha pela inexistência da garantia dos direitos. (NETTO 2001, p.38)

Na contemporaneidade, a questão social não desapareceu nem foi equacionada, teve sim sua roupagem renovada com a inserção da exclusão social em seu contexto. Deve-se observar, portanto, que as lutas sociais e as manifestações da sociedade foram o motivo pelo qual a questão social se transformou numa questão pública e política. A questão social é compreendida como a expressão das desigualdades sociais produzidas e reproduzidas na dinâmica contraditória das relações sociais e nas suas configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado dentro do contexto globalizado atual e se torna mais grave, na medida em que o Estado garante liberdade ao capital especulativo, transferindo lucros para sua economia. A mundialização ou a chamada globalização atrela de forma isolada a reforma do Estado, a reestruturação produtiva, a questão social e o neoliberalismo, conforme afirma Yamamoto, “” O neoliberalismo desencadeia um grave movimento de regressão dos direitos e das políticas públicas, principalmente na América Latina e no Brasil, o que provoca o agravamento da

questão social e o aumento do número de excluídos dos mercados de trabalho. ”” (IAMAMOTO 2005. p. 52)

Como já sinalizado anteriormente, a reestruturação produtiva no Brasil é visível pela ampla abertura de capital, privatização de empresas estatais, terceirização de trabalhadores, demissão e produtividade cada vez mais alta. Economicamente os trabalhadores são excluídos de seus empregos estáveis e se transformam em trabalhadores informais, sem garantias nem direitos e sem esperança de ser inserido novamente no mercado de trabalho estável, seguro.

A vulnerabilidade vinculada ao mundo do trabalho envolve a precarização do trabalho²⁰, seja por diminuição dos postos de trabalho, instabilidade e irregularidade ocupacional ou desemprego duradouro. Neste contexto, verifica-se também a fragilização e precarização não somente do mundo do trabalho, mas na relação sócio familiar, o indivíduo se percebe cada vez distante dos seus valores e relações que estruturam seu cotidiano. No âmbito familiar, as transformações produtivas e financeiras são causadoras de uma fragilidade que, inviabilizam suportes de proteção e reconhecimento a seus membros.

Conforme Faleiros;

A exclusão é um processo dialético e histórico decorrente da exploração e da dominação com vantagens para uns e desvantagens para outros com impactos de disparidade, desigualdade, distanciamento, inferiorização, perda de laços sociais, políticos e familiares com desqualificação, inacessibilidade a serviços, insustentabilidade e insegurança. (FALEIROS 2006, p.45)

A desigualdade passa a ser a condição de existência do capitalismo, mesmo que por diversas vezes mascaradas sobre uma aparente "igualdade". Essa desigualdade existe e cresce no sentido de existir exploração de uns sobre outros, concentração de poder e riqueza, geração de benefícios para uns em detrimento de outros. No cenário capitalista a consequência é a desigualdade, através do processo da globalização identifica-se a globalização da questão social, que evolui proporcional a evolução tecnológica e capitalista.

A sociedade mundial a cada dia tem sido abalada pelas transformações ocorridas continuamente no mundo do trabalho, seja pela primeira Revolução Industrial seja pela chamada Reestruturação Produtiva e Acumulação Capitalista e até mesmo pela Globalização.

²⁰(ANTUNES, 2011, p. 06). A precarização do trabalho significa o desmonte dos direitos trabalhistas. A diminuição de encargos trabalhistas para o empregador, resultando assim em mais empregos e produtos com preço mais baixo para o consumidor. Daí a importância de refletir sobre essa temática, sobre a lógica perversa do capitalismo, avaliando formas de manter garantias ao trabalhador, que é o lado mais frágil desse conflito. Disponível em <http://brasilecola.uol.com.br/acesso> em 14/10/2016.

A desigualdade acontece no momento da má distribuição de renda e lucro gerado pelo capital que priva a sociedade trabalhadora de seus direitos e não garante o mínimo para sua sobrevivência. Dentro deste cenário, a informalidade passou a ser uma característica do mercado de trabalho, a população excluída do mercado formal sobrevive através de práticas estratégicas que incluem contrabando, prostituição, tráfico de drogas, assaltos, sequestros e tantas outras formas de violência e crime.

Assim, a questão social como parte do resultado da evolução econômica da globalização, tal globalização que não promove o desenvolvimento da sociedade e sim agrega valores para si, distribuindo a riqueza socialmente produzida de forma desigual, fragmentando a sociedade civil, que levou ao Estado encontrar em todas essas transformações e desigualdade crescentes uma forma de distribuir suas funções, envolveu a privatização de serviços e a participação da sociedade civil, que qualificou e gerou o crescimento do chamado terceiro setor.

Assim, pressupõe-se que analisar e compreender o Terceiro Setor é indispensável, pois o seu termo e conceito tem sido debatido e compreendido por diferentes linhas de pensamento, a partir de uma análise de fontes teórico político criam-se debates sobre sua definição concreta, seu conceito e até aqueles que agregam parte.

Carlos Montaña contextualiza;

O “terceiro setor” não parte do conceito de um fenômeno isolado, mas, por ter como ponto de partida o movimento e as tendências das transformações do capital como um todo, chega ao “terceiro setor” como um fenômeno participe dessas transformações gerais, como produto delas. (MONTAÑO, 2010 p. 54-55).

Compreende-se que o terceiro setor é fruto das transformações econômicas, do neoliberalismo e suas ações. Seu surgimento está diretamente ligado ao quadro econômico do século XX, que envolve a crise do capital e a reestruturação produtiva. A origem do conceito segundo Francisco Paulo de Melo Neto já existia a décadas nos Estados Unidos²¹ “” A definição de Terceiro Setor surgiu já na primeira metade do século, nos Estados Unidos. Ele seria uma mistura dos dois setores econômicos clássicos da sociedade: o público, representado pelo Estado, e o privado, representado pelo empresariado em geral. ”” (MELO, 1999. p. 5). Observa-se três divisões, o Estado na primeira, o Mercado na segunda e a sociedade em terceiro com ações não governamentais e não sejam diretamente lucrativas a si mesmas, constitui um caráter privado, visa o consumo coletivo, abrange e abraça o voluntarismo.

²¹ Ver mais em: Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial: A Administração do Terceiro Setor. – Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1999.

Fernandes (1994) discorre;

Surge no mundo um terceiro personagem. Além do Estado e do mercado, há um ‘terceiro setor’. ‘Não governamental’ e ‘não lucrativo’, é, no entanto, organizado, independente, e mobiliza particularmente a dimensão voluntária do comportamento das pessoas. As relações entre o Estado e o mercado, que têm dominado a cena pública, hão de ser transformadas pela presença desta terceira figura – as associações voluntárias. (FERNANDES 1994b, p. 19)

Assim, continua Fernandes, “” o conceito (terceiro setor) denota um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos”” (FERNANDES 1994b, p. 21) assim, não geram lucros e respondem a necessidades coletivas; ou seja, inúmeras ações de indivíduos, grupos e instituições que têm como fim suprir necessidades coletivas. Na verdade, Fernandes afirma que “” a ideia de um terceiro setor supõe um primeiro e um segundo. ”” (FERNANDES 1994b, p. 127), respectivamente o Estado e o mercado, no qual o terceiro setor assumiria responsabilidades sociais que estariam, na lógica dominante, fora da competência dos outros “setores”, caracterizando-se como “sociedade civil organizada”²².

Por isso, Fernandes define o terceiro setor como um;

[...] composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil. (FERNANDES 1994a, p. 3)

Pode-se observar que o conceito não é definido de uma forma concreta, e surge das transformações já citadas que por sua vez, proporcionou sua existência. Carlos Montañó descreve quatro debilidades teóricas sobre o termo, “” a primeira debilidade teórica do termo questiona que o terceiro setor se descaracteriza, surge para tentativa de solucionar o problema de dicotomia entre o público e privado. ”” (MONTAÑO. 2010. p.54).

“” Se o Estado está em crise e o mercado tem uma lógica lucrativa, nem um nem o outro poderiam dar resposta às demandas sociais. O terceiro setor seria a articulação/intersecção materializada entre ambos os setores “público porem privado” ”” (MONTAÑO. 2010. p.55). A segunda debilidade teórica está ligada a quem compõe o terceiro setor. “” Há o questionamento e a defesa se é as “organizações não governamentais”, as “entidades de cunho social”, os

²² Libertas, Juiz de Fora, v.8, n.1, p. 50 - 72, jan-jun / 2008 – ISSN 1980-8518

“movimentos sociais”, para alguns, apenas incluem-se as entidades formais”” (cf. SALAMON, apud FERNANDES, 1994: 19), para outros. ““ Contam até as atividades informais individuais, ad hoc (FERNANDES, 1994: 26 e 109) “”; para alguns outros, ““ as fundações empresariais seriam excluídas (FLACSO, apud ACOTTO E MANZUR, 2000) “”; em outros casos, ““ os sindicatos, os movimentos políticos insurgentes, as seitas etc, ora são considerados pertencentes, ora são excluídos do conceito ““. (MONTAÑO, 2010 p. 55) ”” A terceira debilidade descrita por Montaña sinaliza para ideia de um conceito que deveria esclarecer, mas acaba confundindo.

Montaña indaga;

“Que conceito é esse que reúne, no mesmo espaço, organizações formais e atividades informais, voluntárias e/ou individuais; entidades de interesses político, econômico e singulares; coletividade; coletividades das classes trabalhadoras e das classes capitalistas; cidadãos comuns e políticos ligados ao poder estatal?” (MONTAÑO, 2010 p. 56).

Observam-se as variações encontradas em torno do conceito, por fim, ainda na descrição de Montaña, ““ a quarta debilidade refere-se ao caráter “não governamental”, “autogovernado” e “não lucrativo”, conceitos que se divergem na atuação. ”” (MONTAÑO, 2010 p. 56 a 57). É clara expressão de um conceito ideológico que não dimana da realidade social, mas tem como pontos de partida elementos formais e uma apreensão da realidade apenas no nível fenomênico.

Neste sentido, constatamos que o terceiro setor não compensa as políticas sociais deixadas pelo Estado. As ações desenvolvidas pelo mesmo servem, assim como na esfera do Estado, para atender as necessidades mais urgentes da população, não proporcionando à população a construção de valores que posteriormente venham a levar os sujeitos à emancipação política e posteriormente humana.

É relevante ser elucidado que situar os aspectos que envolvem, na contemporaneidade, o Serviço Social no âmbito do terceiro setor, se faz de suma importância, pois tais espaços demandam a intervenção de profissionais que possuem como objeto de intervenção as múltiplas expressões da questão social, o trabalho do assistente social no terceiro setor envolve sem dúvida um complexo de questões.

Serra salienta;

Constatamos que os espaços que surgem no terceiro setor se apresentam de forma contraditória ao Serviço Social, pelos interesses de classe que perpassam o surgimento e expansão deste “setor” na sociedade. Contudo, é

importante que tais espaços, sejam ocupados por profissionais que busquem através da efetivação de um projeto profissional crítico responder as sequelas da questão social, por meio de ações que visem à emancipação dos sujeitos. (SERRA, 2000, p. 182)

Segundo Montão, o surgimento das ONGs vinculadas aos movimentos sociais possuindo a finalidade de organizar tais movimentos, se configurando como canais de renda para os mesmos constatam-se, na atualidade, que tais organizações estão voltadas para intermediar a relação entre os movimentos sociais e o Estado. Essa relação, por vezes, acontece de forma despolitizada²³, buscando a harmonia e a parceria, visando o bem comum, esquecendo o caráter de classe dos movimentos sociais. Acerca da parceria desenvolvida entre o Estado e as ONGs, Montão vai dizer que:

[...], a chamada 'parceria' não é outra coisa senão o repasse de verbas e fundos no âmbito do Estado para instâncias privadas, substituindo o movimento social pela ONG. E essa verdadeira transferência de recursos públicos para setores privados não ocorre sem uma clara utilidade política governamental. O Estado é, portanto, mediante a legislação (leis como do 'voluntariado', do 'terceiro setor' das 'parceiras') e repasse de verbas, um verdadeiro subsidiador e promotor destas organizações e ações do chamado 'terceiro setor' e da ilusão do seu serviço. (MOMTAÑO 2009, p. 146).

Desta forma, se por um lado a parceria entre o Estado e as ONGs significam o financiamento e a continuidade dos projetos desenvolvidos por estas, por outro, como promotor de tais atividades o Estado vai determinar os serviços sociais desenvolvidos por estas organizações. É importante lembrar, que o desenvolvimento dessas ações se configuram ainda como forma de terceirização dos serviços prestados a sociedade, o que esclarece parte dos interesses governamentais em financiar tais instituições, visto que sai mais barato aos cofres públicos investir em projetos temporários que são desenvolvidos pelas ONGs do que ampliar os serviços e contratação de funcionários na esfera governamental.

Há uma tendência de crescimento nas ONG's e principalmente no terceiro setor, pretendendo justificar que as perdas das respostas estatais da questão social seriam compensadas pela intervenção deste setor e manifesta que não é a hora de enfrentar o fato do encurtamento do Estado, mas é a hora de concentrar os esforços por reforçar o crescimento da sociedade civil; sendo declinada a crise fiscal estatal e sua incapacidade de resposta efetiva a

²³A despolitização acontece quando o Estado deixa de entender como funcionam as relações de poder na sociedade, por trás das relações de troca no mercado existem relações de exploração, por trás das relações de voto, existem relações de dominação. Ocorre a ausência de compreensão no que se refere a tudo que existe e que foi produzido historicamente, pelas relações entre os homens e o meio em que vivem.

questão social obrigou certas reformas a crise fiscal do Estado onde se identificou diferentes perspectivas como resultado da perda de arrecadação do Estado, aumentando a informalidade do trabalho sem contribuições para os cofres públicos e ocorreu aumento da evasão fiscal onde era impossível de controlar.

De acordo com Carlos Montaña:

Na verdade o fundamento da crise fiscal do Estado tem mais a ver com o uso político e econômico que as autoridades, representantes da classe, têm historicamente feito em favor do capital (e até em proveito próprio): pagamento da dívida pública (interna e externa), renúncia fiscal, faturamento de obras, resgates de empresas falidas, vendas subvencionadas de empresas estatais subavaliadas, clientelismo político, corrupção, compras superavaliadas e sem licitação, empréstimos ao capital produtivo com retorno corroído pela inflação, taxas elevadíssimas de juros ao capital financeiro especulativo, construção de infraestrutura pública necessária para o capital produtivo e comercial. (MONTAÑO, 2002, p.216)

Ressaltando que no financiamento das políticas públicas de interesse econômico ou social, a participação do Estado teve em parte de ser financiada devido à elevação da carga tributária. “” Assim, a forma de sustentar os elevados custos de um Estado de Bem-Estar foi por meio da contribuição operaria mediante a taxaço ao salário e, em algum grau, empresarial, taxando o lucro (declarado) - o que significou um custo extra para o capital ””. (CARLOS MONTAÑO, 2002).

Tratando-se de Welfare State, este custo recompensava-se amplamente pelos benefícios políticos e econômicos que o capital recebia e para a classe trabalhadora, a contribuição impositiva era “retribuída” com respostas estatais a demandas trabalhistas e neste contexto, o Estado intervencionista foi promovido pelos trabalhadores organizados da grande empresa tanto pelo capital monopolista.

Neste contexto, enfatiza Carlos Montaña;

Com isso, a maior socialização dos custos de capital gerou mais despesas sociais do Estado, o que tendeu a constante elevação dos impostos. Porém, a impossibilidade de aumentá-los indefinidamente levou o Estado a gastar mais do que arrecadava; criou-se, assim, um hiato fiscal. (MONTAÑO, 2002, p. 217)

Então, por volta dos anos 60 para 70 torna-se verdadeiramente insustentável o déficit fiscal do Estado onde obteve uma profunda crise fiscal entre 70 e 80; levando paralelamente uma crise de legitimidade que solidifica a partir do crescimento simultâneo dos setores

monopolista e estatal. Este efetivo processo de crise fiscal, foi “justificado” nos anos 80-90 que se concedeu a (contra-) reforma do Estado no contexto neoliberal.

Como o Estado promove uma relação de excessiva proteção ao necessitado ele é denominado como “paternalista” gerando assim, uma acomodação dos setores carenciados pois desta forma os mesmos não são estimulados a melhorar a situação pelos seus próprios meios, aceitando sua condição de carência onde esta situação é protegida pelo Estado. “” Ora, como acusar o Estado brasileiro daquilo que nunca foi? Como taxá-lo de “paternalista” quando justamente nunca foi? ”” (CARLOS MONTAÑO, 2002).

Há indagações devido o Estado nunca desenvolver um bom e efetivo sistema de proteção social, sendo a solução não necessariamente quando se surge à primeira tentativa de um Estado protecionista, com a Constituição de 88, eliminando o pouco que tem sido construído, neste contexto seria o de ampliar e reforçar sua função estatal. Na concepção de Carlos Montaña, “” Finalmente, responsabiliza-se a crise fiscal – supostamente confirmada e ampliada pela burocracia e pelo paternalismo do Estado, particularmente a partir da Constituição de 88- pela crise de “governança” ””. (CARLOS MONTAÑO, 2002, p. 221)

Entretanto, a crise de governança, limita-se em expressar episódios abusivos onde o Estado era agente do desenvolvimento, mas isso se tornou seu obstáculo. Montaña discorre, “” Segundo o ex-ministro, o problema da governabilidade foi provisoriamente equacionado com o retorno da democracia e a formação do pacto democrático reformista de 1994””. (CARLOS MONTAÑO, 2002).

Sendo este contexto das gestões de Fernando Henrique Cardoso baseadas em um excessivo número de medidas provisórias. Ressaltando que com o crescimento da intervenção da sociedade civil, houve a diminuição da intervenção estatal nas sequelas da questão social.

Enfatiza Carlos Montaña;

No âmbito do Serviço Social, pensa-se, em muitos casos, numa passagem de espaço ocupacional profissional da órbita estatal para o da sociedade civil, ou, para usar a terminologia mais empregada, para o “terceiro setor”. Entende-se que o campo de trabalho se fecha se precariza, ou não se abre para os assistentes sociais na órbita do Estado, é compensado pelo espaço ocupacional que se cria no crescente “terceiro setor”. (MONTAÑO, 2002, p. 22)

Então a falta de “responsabilidade” do capital e do Estado com as respostas das sequelas da “questão social” é uma parte substantiva da atual estratégia de reestruturação do capital e passa a ser demonstrada através da modernização como mecanismos de superação da crise fiscal, tratando isso de uma maneira natural. “” O que é um recorte de políticas sociais e

assistenciais do estado e uma redução relativa do seu gasto social passa a ser visto como uma passagem de um setor (o estatal,) para o outro setor (terceiro setor, a sociedade civil) ””. (CARLOS MONTAÑO, 2002)

Contudo, no âmbito estatal (primeiro setor), ocorre um paralelo que aumenta a atividade do terceiro setor (sociedade civil), havendo uma compensação das perdas de responsabilidades, pois se analisa o aumento das instituições de caridades, da “solidariedade”, da filantropia, das organizações não governamentais ou sem fins lucrativos, ou seja, tudo que engloba o terceiro setor.

Aponta Carlos Montaña;

Ocorrem que muitas ONGs não têm capacidade de autofinanciar suas atividades de forma estável – ainda mais quando o financiamento das instituições internacionais tem focado sua atenção, nos anos 90, nos países do Leste europeu e asiáticos, “pós-socialistas”. Ali ingressa no cenário a chamada “parceria” entre o Estado e as organizações do chamado “terceiro setor”. (MONTAÑO, 2002, p. 223)

E desta maneira, descobriram que o Estado havia destinado fontes de recursos obtidas das privatizações de arrecadações e de alguns impostos da renúncia fiscal para poder financiar com a parceria a atividade de algumas organizações da sociedade civil que desenvolveram a filantropia.

O ofício das parcerias entre as ONGs²⁴ e o estado, não é de compensação, mas sim de gerar a aceitação da população a um processo de clara participação na estratégia de reestruturação do capital sendo esta uma função ideológica. “” Com o forte retraimento atual do impacto das lutas das classes trabalhadoras, o capital quer se desfazer de todas aquelas conquistas trabalhistas que ele nunca quis, mas teve que aceitar num contexto de elevada luta de classes ””. (CARLOS MONTAÑO, 2002). Sendo cobrados os direitos trabalhistas, serviços sociais e assistenciais, políticas e também os direitos democráticos.

Seguindo este contexto, foi inevitável não criar um processo de convulsão social, pois não havia jeito de retirar todas as conquistas sem criar este processo e assim levou uma profunda crise e uma provável quebra institucional; nos anos 80 as ONGs fortaleceram e evoluíram nos anos 90 elas cresceram como uma bolha dando uma elevada nos números de ONGs.

Evidencia Carlos Montaña;

A “parceria” entre Estado e “terceiro setor” tem a clara função ideológica de encobrir o fundamento, a essência do fenômeno – ser parte da estratégia de

²⁴ Organizações Não Governamentais

reestruturação do capital-, e fetichizá-lo em “transferência”, levando a população a um enfrentamento/aceitação deste processo dentro dos níveis de conflitividade institucional aceitáveis para a manutenção do sistema, e ainda mais, para a manutenção da atual estratégia do capital e seu projeto hegemônico: o neoliberalismo. (MONTAÑO, 2002, p. 227)

Deste modo, o Estado financia o atual crescimento exponencial do conjunto das organizações da sociedade civil, levando reforçar a noção de compensação da atividade social e no contexto do Serviço Social, na compensação do espaço ocupacional; este fenômeno de crescimento do terceiro setor nos anos 90, sendo promovido pelas parcerias com Estado é uma bolha, pois este estrondo só há possibilidade enquanto fundações ligadas ao capital e ao Estado continuar financiando.

“” O interesse do governo neoliberal nas “parcerias” é ideológico, é de contestação e aceitação ”” (Carlos Montaña, 2002. p. 228); quando se consolida uma vez este processo de saída do Estado de certa área social mediante recortes orçamentários, focalização, descentralização, precarização e privatizações, esvazia-se a dimensão do direito universal das políticas sociais.

Quando se expõe as básicas determinações da atual crise e reestruturação do capital, os eixos centrais do conceito e debate “oficiais” sobre o terceiro setor tem-se o real fenômeno que a denominação ideológica oculta.

Sublinha Montaña;

Determinar a funcionalidade do debate sobre o “terceiro setor “para com as transformações do capital, exige antes de mais nada, caracterizá-lo como instrumento, como seu meio de realização. Torna-se necessário, portanto, conceituar a instrumentalidade, para continuar com nossa análise. (MONTAÑO, 2002, p. 229)

Assim, deve-se analisar que instrumentalidade se remete à qualidade e capacidade de algo, sendo um meio de obtenção de finalidades e para se alcançar estas finalidades, deve-se ser um instrumento para o tal propósito. “” No processo de trabalho a passagem do memento da pré-ideação para a ação propriamente dita requer instrumentalidade ”” (CARLOS MONTAÑO, 2002).

Contudo, a instrumentalidade é uma categoria para se compreender a funcionalidade de algo em relação a finalidades a um determinado projeto, a modalidade de operação em que comparece para o fim de um instrumento. Assim ressalta-se que o sistema capitalista de produção na sua fase monopolista, transforma todas as relações sociais, indivíduos, instituições, valores, atos em meios para a reprodução das relações sociais e acumulação capitalista onde se

instrumentaliza todas as esferas da vida social para o seu fim que é a ampliada acumulação de capital.

“” O capitalismo monopolista, orientado pelos princípios neoliberais, desenvolve uma nova estratégia geral de enfrentamento da atual crise, de acumulação capitalista, de reprodução das relações sociais e de legitimação sistêmica ”” (MONTAÑO, 2002 p. 232). Mas deve-se re-instrumentalizar instituições, praticas, valores e sujeitos, ocorrendo o aumento de desemprego estrutural, precarização das condições de trabalho.

Neste contexto, realça Montaño;

Assim brevemente, tende-se a instrumentalizar os sindicatos- desarticulando-os em frações (se possível, por empresa), tornando-se uma organização “engajada” com a empresa – a, instrumentalidade da máquina-ferramenta por controle numérico (o robô) – desapropriando o trabalhador ainda mais do conhecimento do processo produtivo, substituindo ainda mais a força de trabalho por maquinaria, ampliando o exército de reserva a níveis nunca vistos. (MONTAÑO, 2002, p. 233)

Há meios para reduzir a insatisfação popular e o poder de luta dos trabalhadores, para esconder os fundamentos da exploração, do desemprego, da miséria, da exclusão social, da falta de esperança, ou seja, o capital orientado pela estratégia neoliberal obtém todas as estratégias e meios para legitimar-se o sistema e assim reproduzir relações sociais e desimpedir a acumulação ampliada do capital.

CAPÍTULO II – SERVIÇO SOCIAL E TERCEIRO SETOR: DESAFIOS PRESENTES

2.1 O Serviço Social no Terceiro Setor: desafios e perspectivas.

Dentro da análise histórica e no contexto do trabalho coletivo, o Serviço Social surge na divisão sócio técnica, na necessidade de intervenção das conseqüentes transformações e ações do capital. Assim, permite-nos analisar a relação do Serviço social enquanto profissão na contradição entre capital x trabalho.

Alencar sinaliza;

Para Netto (1992), o surgimento do Serviço Social como profissão vincula-se às peculiaridades da “questão social” em um momento histórico específico, o da ordem monopólica, a partir do qual se internaliza na ordem econômica, passando a ser alvo das políticas sociais. No marco histórico de crescente potencialização das contradições do capitalismo, alterou-se a dinâmica da sociedade, o qual redimensionou e refuncionalizou o Estado. (ALENCAR, Monica)²⁵

Neste contexto, essa refuncionalização e as redistribuições sociais do Estado, que amparadas pelo liberalismo e a expansão capitalista, inevitavelmente projetam o crescimento da questão social, o serviço social vê-se impulsionado a renovações e ao reordenamento do espaço sócio profissional. O fazer profissional busca espaço, firmar-se em suas linhas teóricas que abraçam os proletariados e aqueles englobados pela questão social e suas refrações.

MONTAÑO enfatiza;

A retração do Estado quanto à responsabilidade no enfrentamento da questão social, mediante a transferência de responsabilidades do Estado para o “terceiro setor”, identificado erroneamente como a sociedade civil, altera substantivamente a orientação e a funcionalidade das políticas sociais, e, por consequência, a profissão sofre alterações na sua demanda e no seu campo de atuação, na sua modalidade de intervenção e no seu vínculo empregatício (MONTAÑO, 2002. p. 239).

Já se sabe que o Terceiro Setor é composto por associações não governamentais, que explicitam a sociedade civil organizada, com atuação de pessoas que trabalham sem fins lucrativos, para atender os interesses da população em diversos seguimentos e áreas. As

²⁵O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. Mônica Maria Torres de Alencar Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social/UERJ

associações e instituições que intervêm no denominado Terceiro Setor, procura não somente sobreviver, mas intervir com qualidade social. Essa prática tem sido tolhida por um procedimento contraditório e até mesmo violento porque a jurisprudência social²⁶ trouxe toda uma proposição técnica e política na qual precisam se fundamentar essas associações para uma intervenção qualitativamente diversificada das práticas de caridade e de assistência que de maneira histórica marcaram o trabalho dessas associações.

Em decorrência disso, podemos destacar também, que o poder estatal tem enxugado seus investimentos na categoria profissional dos assistentes sociais, o Estado que na atualidade apresenta-se fomentador do crescimento das organizações do terceiro setor, sustentadas por: voluntários atuantes, articulação e associação das áreas técnicas e administrativas; organização do planejamento como ferramenta principal de administração; o trabalho interligado em rede e gestão atuante.

Konno contextualiza;

O movimento que a categoria profissional do Serviço Social vem desenvolvendo com maior ênfase a partir da década de 1980, no âmbito da formação profissional busca articular a Formação Profissional e a demanda posta a profissão pelo mercado de trabalho, não de forma linear às exigências do mercado. A direção desta articulação, objetiva apreender as demandas postas à profissão no contexto nacional, tanto demandas de ordens estatais, empresariais, como demandas postas pelos movimentos sociais com novas configurações ou como consequências das respostas formalmente desenvolvidas através das políticas sociais às manifestações da “questão social”. (KONNO. 2006. p. 12)

Não compreendemos o Serviço Social como saber capaz, isoladamente, de solucionar problemas, o que observamos é a necessidade de interlocução entre as ciências, no sentido de promover as respostas necessárias ao desenvolvimento institucional das entidades também do terceiro setor. Sendo que a atuação do profissional, nesse contexto, acontece de modo equilibrado e cuidadoso, distinguindo com clareza a contribuição que o assistente social pode trazer para um trabalho de qualidade social no contexto do terceiro setor.

Ainda ao que se refere ao profissional, Konno contextualiza;

Segundo Iamamoto (1997) e Martinelli (1997), o Serviço Social constitui uma instituição que emerge e se desenvolve no interior da sociedade capitalista. Constituída e desenvolvida na dinâmica das relações sociais estabelecidas nesta. Sendo uma particularidade da mesma, por isso não está fora desta dinâmica societária, uma vez que é realizada e materializada nesta e

²⁶A Jurisprudência social trata-se de um conjunto de disposições orgânicas que se referem à estruturação e aos direitos e deveres das partes integrantes de uma sociedade civil, comercial ou de natureza econômica, que são registradas no órgão competente.

consequentemente influi e participa na reprodução e materialização histórica desta ordem societária, de acordo com as características das relações sociais desenvolvidas nesta sociedade, apresentadas em contextos sócio- histórico determinados. (KONNO. 2006. Pag. 8)

Conforme a autora, o exercício profissional do assistente social, tem caráter interventivo, pois é demandado e contratado como profissional pelo capital, com o objetivo de intervir nas manifestações da “questão social” sofridas pela classe trabalhadora. “” Diante desses desafios, torna-se necessário examinar e aprimorar a contribuição política e profissional dos assistentes sociais, em face das transformações macrosociedades. ”” (SANTOS, 2013. p. 10). A autora destaca a importância da dialética ao profissional atrelado ao seu arcabouço metodológico teórico.

Santos, discorre embasado em (Barroco 2008);

Busca-se apreender a dialética que há na realidade e as diversidades ou singularidades, entender e compreender suas formas ontológicas, ou seja, compreender o ser social no seu processo histórico e materialista, tendo como centralidade as relações sociais na categoria trabalho, este entendido enquanto categoria fundante do ser social, que no seu processo de transformação da natureza transforma-se a si mesmo, porque há essa necessidade natural enquanto ser social histórico para realização de suas necessidades e de seu objetivo. (SANTOS, 2013. p. 10).

Neste contexto, destaca-se a importância do Projeto Ético Político Profissional²⁷, bases de superação do mediatismo, da precarização dos serviços e da realização profissional efetiva, na viabilização dos direitos, na capacitação, instrumentalização e objetividade da profissão.

Há uma concepção nova sobre a construção do projeto Ético-Político do serviço social e que revela claramente a escassa documentação sobre o tema, sendo datada da segunda metade dos anos 90 do século XX, ocorrendo debates sobre este tema.

Ressalta Ana Elizabete Mota... (et al):

No entanto, o objetivo deste debate e, sobretudo, a própria construção deste projeto no marco do Serviço Social no Brasil tem uma história que não é recente, iniciada na transição da década de 70 á de 80. Este período marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, vincado especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional. É neste processo de recusa crítica do conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo,

²⁷Assistente Social, docente do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. End: Rua Aimberé, nº 904, apto 15, Perdizes, São Paulo – SP. CEP – 05018-011. Fone- 011-8421-3521 E-mail: cristianekonno@yahoo.com.br.

precisamente as bases do que se está denominando projeto ético político. (MOTA... (et al), 2007, p. 141 a 142).

Demonstra a teoria social e crítica que a sociedade não é uma entidade de natureza teológica ou intencional, pois a sociedade não há objetivos e finalidades ela se dispõe da sua própria existência que é puramente factual e assim esta mesma teoria frisa que os membros da sociedade, mulheres e homens atuam sempre teologicamente pois as ações humanas sempre são orientadas para metas, objetivos e fins.

Sublinha Ana Elizabete Mota... (et al):

A ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um projeto que, em poucas palavras, é uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para lográ-la. (MOTA... (et al), 2007, p. 142).

Contata-se que os projetos societários são projetos coletivos, mas se constituem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade e somente eles têm essa característica, pois os outros projetos coletivos, não contem este nível de amplitude e inclusividade.

Contém uma dimensão política nos projetos societários, pois envolve relações de poder e essa dimensão não é diretamente identificada com posicionamento partidário, mesmo que seja considerada que os partidos políticos sejam instituições insubstituíveis e indispensáveis para a organização democrática da vida social no capitalismo contemporâneo; na sociedade em que estamos os projetos societários são simultânea e necessária, projeto de classe mesmo que haja fortes determinações de outra natureza.

Neste sentido Ana Elizabete Mota... (et al) discorre:

Efetivamente, as transformações em curso na ordem capitalista não reduziram a ponderação das classes sociais e do seu antagonismo na dinâmica da sociedade, como constataram, entre outros, Harvey (1996) e, entre nós, Antunes (2001). (MOTA... (et al), 2007, p. 143).

Neste contexto, fica evidente que a experiência histórica, mostra que sempre há em seu núcleo a marca da classe social, cujo seus interesses essenciais respondem os projetos societários que constituem estruturas flexíveis e cambiantes e novas demandas são incorporadas e também novas aspirações que se transformam e se renovam de acordo com as conjunturas políticas e históricas.

Um fenômeno próprio da democracia política é a concorrência entre diferentes projetos societários. “” Num contexto ditatorial, a vontade política da classe social que exerce o poder político vale-se, para a implementação do seu projeto societário, de mecanismos e dispositivos especialmente coercitivos e repressivos “” (Ana Elizabete Mota... (et al), 2007). Quando se garantem e se conquistam as liberdades políticas fundamentais é que os projetos distintos societários podem confrontar-se e disputar o efeito dos membros da sociedade.

De acordo com Ana Elizabete Mota... (et al):

Os projetos profissionais também são estruturas dinâmicas, respondendo às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera às transformações econômicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da própria profissão e, ademais, às mudanças na composição social do corpo profissional. Por tudo isso, os projetos profissionais igualmente se renovam, se modificam. (MOTA... (et al), 2007, p. 144).

Neste contexto, os projetos profissionais, contém também insupríveis dimensões políticas, tanto no sentido amplo quanto no sentido estrito, mas nem sempre essas dimensões são explicitadas, principalmente quando são apontadas para direções reacionárias ou conservadoras; é o sujeito coletivo que constrói o projeto profissional e constitui um universo heterogêneo que são os membros do corpo profissional e são necessariamente indivíduos distintos, pois o corpo profissional é uma unidade não homogênea e nele contém projetos individuais e societários, configurando-os a um espaço plural do qual podem surgir distintos projetos profissionais.

Entretanto, Ana Elizabete Mota... (et al) constata:

Mais exatamente, todo corpo profissional é um campo de tensões e de lutas. A afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprime as divergências e contradições. Tal afirmação deve fazer-se mediante ao debate, a discussão, a persuasão – enfim, pelo confronto de ideias e não por mecanismos coercitivos e excludentes. Contudo, sempre existirão segmentos profissionais que proporão projetos alternativos; por consequência, mesmo um projeto que hegemonia nunca será exclusivo. (MOTA... (et al), 2007, p. 145).

Deve-se realizar com a nítida consciência a afirmação e elaboração de um projeto profissional que o pluralismo é um elemento factual da vida social e também da própria profissão; sabe-se que é frequente a sintonia entre o projeto hegemônico de um determinado corpo profissional e o projeto societário hegemônico ocorrendo situações de conflito e contrariedade entre eles.

Ressaltando que as divergências não podem ser somente resolvidas no marco do corpo profissional, pois seu direcionamento positivo necessita da análise do movimento social e o estabelecimento de relações e alianças com outros corpos profissionais e segmentos sociais e aqueles que são vinculados às classes que se dispõe do potencial para gestar um projeto societário alternativo ao das classes dominantes e proprietárias.

Há uma forma de se considerar o pluralismo profissional onde o projeto hegemônico de certo corpo profissional supõe um pacto entre seus membros; uma espécie de acordo sobre aqueles aspectos que, no projeto, são imperativos e aqueles que são indicativos.

Afirma Ana Elizabete Mota... (et al):

Imperativos são os componentes compulsórios, obrigatórios para todos os que execrem a profissão (estes componentes, em geral, são objeto de regulação jurídico-estatal); indicativos são aqueles em torno dos quais não há um consenso mínimo que garanta seu cumprimento rigoroso e idêntico por todos os membros do corpo profissional. Se pensarmos no Serviço Social no Brasil, recordamos como componentes imperativos a formação acadêmica, tal como reconhecida pelo Ministério da Educação (isto é, em instituições de nível superior credenciadas e segundo padrões curriculares minimamente determinados), e a inscrição na respectiva organização profissional (CRESS). (MOTA... (et al), 2007, p. 147).

Contudo, registram-se divergências mesmo acerca de componentes reconhecidamente imperativos onde um deles é relacionado ao Código de Ética das profissões mesmo sendo um componente imperativo do exercício profissional; mesmo alcançando o Código de Ética é necessário o tratamento dos componentes dos projetos profissionais para disseminar dois aspectos relevantes.

Assim, ressalta Ana Elizabete Mota... (et al):

O primeiro refere-se ao fato de que os projetos profissionais requerem sempre uma fundamentação de valores de natureza explicitamente ética – porém, isto é: a valoração ética atravessa o projeto profissional como um todo, não constituindo um mero segmento particular dele. O segundo diz respeito a que os elementos éticos de um projeto profissional não se limitam a normativas morais e /ou precisões de direitos e deveres: eles envolvem, ademais, as opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais – por isto mesmo, a contemporânea designação de projetos profissionais como ético-políticos revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional. (MOTA... (et al), 2007, p148).

No Brasil o projeto ético político se configurou em sua estrutura básica no transito dos anos 80 aos anos 90, mantendo um caráter aberto e seus eixos fundamentais sendo suficientemente flexível para não se descaracterizar e também incorpora novas questões, assimilando problemáticas diversas e enfrentando novos desafios. Trata-se de um projeto que também é um processo, em continuo desdobramento.

O valor central deste projeto é o reconhecimento da liberdade, sendo esta liberdade concebida historicamente; como possibilidade de escolha entre alternativas concretas mantendo um compromisso com a emancipação, autônomo e com a plena expansão dos indivíduos sociais.

Afirma Ana Elizabete Mota... (et al):

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. (MOTA... (et al), 2007, p. 155).

Portanto, tem-se a clareza que o projeto implica o compromisso com a competência, tendo como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social; dando a ênfase de uma formação acadêmica qualificada em concepções críticas, solidas e teórico-metodológicas sendo capaz de viabilizar uma análise concreta da realidade social priorizando uma nova relação com os usuários dos serviços prestados pelos assistentes sociais.

Então, claramente o projeto assinala um desempenho ético-político dos assistentes sociais que só se torna eficaz se o corpo profissional estiver articulado com seguimentos de outras categorias profissionais que compartilham de propostas iguais e com movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores, Elizabete Mota... (et al): “” Pode-se afirmar que este projeto ético-político, fundamentado teórica e metodologicamente, conquistou hegemonia no Serviço Social, no Brasil, na década de 90 do século XX. ”” Neste contexto, não se pode afirmar que este projeto seja o único existente e consumado no corpo profissional pois ainda não se foi desenvolvido as suas possibilidades pois em domínio dos indicativos, para haver orientação de modalidades de práticas profissionais ainda nesta concepção há muito que se fazer; mas a ruptura com o quase monopólio do conservadorismo do Serviço Social não supriu tendências neoconservadoras.

Com isso, muitas são as divergências e debates sobre o objeto de intervenção do Serviço Social, uns defendem que a profissão não possui um objeto próprio como afirma

Montaño define da seguinte forma “” O Serviço Social não possui um objeto de conhecimento próprio “” (MONTAÑO 2007, p. 136) outros debatem dizendo que o Serviço Social possui um objeto específico, como afirma Iamamoto;

O objeto de trabalho (...) é a questão social. É ela em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra etc. Essas expressões da questão social são a matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional. (IAMAMOTO, 2000, p. 62)

Também, na mesma perspectiva Yasbeck afirma que a questão social “” é a matéria prima e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sócio técnica do trabalho e na construção atribuição da identidade da profissão ””. (YASBECK 1999, p. 91). O Serviço Social na busca do seu objeto de intervenção, equivocadamente define a transformação social, sendo o real objeto de sua intervenção. Com esse equívoco, que não se efetivou, foi possível à profissão buscar, então, à aproximação com as lutas e defesas dos interesses das classes subalternas e excluídas pelo capitalismo, o que permanece até os dias de hoje. Nessa lógica, no processo de reconceituação do Serviço Social²⁸ orientado pela lógica da teoria marxista, se apropria da questão social, como objeto de sua intervenção.

A questão social também nos faz refletir sobre os aspectos da pobreza, favelização, fome, analfabetismo, trabalho escravo, violência, desemprego, trabalho infantil, dentre outros, que são consideradas expressões da questão social, provocada por um modelo econômico totalmente excludente e desigual. A autora Marilda Iamamoto afirma que tais expressões da questão social, “” vêm afetando não só os direitos sociais, mas o próprio direito a vida, mesmo com os esforços e lutas dos movimentos das classes subalternas em busca de impedir que esse quadro agrave e se amplie. ”” (IAMAMOTO, 2000, p. 38). Afirma ainda que esse fenômeno é “” a matéria prima do trabalho profissional, sendo a prática profissional compreendida como uma especialização do trabalho participe de um processo de trabalho ”” (IAMAMOTO, 2000, p 39). Pensar na intervenção do Serviço Social, tendo como objeto a questão social, é relevante enfatizar qual o posicionamento necessário desse profissional, diante do direcionamento de sua prática, levando em consideração que a partir da década de 70, a categoria profissional, na perspectiva de ruptura com o conservadorismo, “” propõe colocar a profissão a serviço dos

28 O significado do Movimento de Reconceituação para o Serviço Social representa uma grande mudança, dada sua busca de desvinculação do Conservadorismo e das técnicas importadas do Serviço Social Norte-Americano. Este resumo aborda a importância da reflexão sobre este Movimento que surge com a necessidade de adequar as práticas profissionais a realidade do País e a ruptura com o Conservadorismo (denominado Serviço Social “tradicional”), construindo novos métodos e técnicas a partir das necessidades populares, para um agir profissional com identidade própria, condizente com a realidade social. Disponível em <http://seer.unipampa.edu.br/> acessado em 29/10/2016.

interesses dos explorados e dominados, buscando novos fundamentos, novos conteúdos e objetivos e novas bases de legitimação da ação profissional ”” (SILVA, 2007, p.15), Diante disso, o profissional é possibilitado a construir ações no horizonte dos interesses das classes subalternas, com inovações e com perspectivas de criação de um espaço profissional renovado disposto a enfrentar as novas propostas trazidas pelas expressões da questão social.

Importante salientar que, na perspectiva de apontar novas propostas para superação dessas expressões, requer do profissional a capacidade de acompanhar o movimento da sociedade, que se altera e apresenta, a cada momento, novas características e necessidades diferenciadas, vivenciadas pelos sujeitos e pelo coletivo, alterando também o direcionamento metodológico e intelectual do profissional, ou seja, requerem do assistente social novos olhares, novos conhecimentos e novas práticas, conforme a realidade e o momento histórico em que está intervindo. Para tanto, o assistente social deve se apresentar como um agente político crítico, capacitado, informado, deixando de ser somente um mero executor das ações, e assumindo um papel de proponente de propostas de superação das expressões da sociedade que se manifesta na vida dos sujeitos/usuários. Diante dessas requisições, se faz necessário compreender que prática e a teoria são condições que requer a apropriação um da outra.

Silva discorre:

A teoria do Serviço Social como sistematização abstrata que deve ser remetidas ao campo das Ciências Sociais ou do marxismo, em particular, e entendem que o nível do conhecimento do ser social, objeto da construção teórica, é o mesmo nível de intervenção da ação profissional, ficando desautorizada a separação metodologia do conhecimento e metodologia da ação. (SILVA, 2007. p. 85)

Compreende-se que a relação do serviço social com a questão social, não deve ser vista como um posicionamento único e acabado, pois é uma discussão que deve acompanhar o movimento da própria realidade, aonde novas demandas e novas atribuições vão surgindo à profissão. Estas demandas que o Serviço Social tem foco a atender são diversas, portanto todas emergidas do sistema capitalista, onde a divisão de classe tem sido cada vez mais fortalecida e diferenciada, faz-se necessária a capacidade do profissional de Serviço Social, a partir de sua instrumentalidade, promover a integralidade entre as políticas sociais de modo que dribles as estratégias do capital na busca pela igualdade.

Assim sendo, o terceiro setor é considerado um setor não governamental, não lucrativo e esfera pública não estatal materializado pelo conjunto de organizações da sociedade civil consideradas de interesse público. De acordo com Montaño, “” o desenvolvimento do chamado

‘terceiro setor’ decorre das sensíveis alterações nas modalidades de respostas às sequelas da ‘questão social’” (MONTAÑO 2002). Significa uma alteração no padrão de resposta à questão social, representando a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e responsabilização do cidadão e das comunidades locais para essa função.

O ambiente favorável ao desenvolvimento do terceiro setor, criado com a Constituição de 1988, não se traduziu em efetivação de direitos, conforme anunciado nas propagandas oficiais do Estado. A descaracterização da Constituição de 1988, promovida sob o ideário neoliberal, nos doze anos seguintes, explica este fato. A promessa de financiamentos públicos ao setor alimentou a fantasia de micro e pequenas iniciativas populares, instituições notoriamente engajadas na luta pela garantia e ampliação de direitos, de que o aporte financeiro, por si só, seria o bastante para a consecução de seus objetivos, desconsiderados alguns aspectos fundamentais, como estrutura organizacional, planejamento estratégico e qualificação profissional. Ainda, o financiamento, privado ou público, invariavelmente procedeu a todo um corpo de exigências que, para serem cumpridas pelas ONGs, era necessário certo desvirtuamento de suas finalidades originais. A partir dos anos 90, esta relação entre ONGs e movimentos sociais foi descaracterizada, conforme verifica Montaño;

No entanto, na última década do século que terminou – tem ocorrido uma monumental inflexão nesta relação – movimento social/ONG. Com efeito, as ONGs passaram paulatinamente, na década anterior, a ocupar o lugar dos movimentos sociais, deslocando-os de seu espaço de luta e da preferência na adesão popular. (MONTANO, 2007, p. 271)

As relações entre assistentes sociais e instituições do terceiro setor estão presentes desde sua gênese, o Serviço Social sempre esteve em relações constantes com instituições de caridade, filantropia, movimentos sociais, etc. O que se constitui novidade, neste fato, é a transposição dos assistentes sociais de um espaço sócio ocupacional público para outro privado. Podemos observar que a inserção do assistente social no âmbito destas instituições tem se dado por força maior de exigências de órgãos financiadores ou de controle social do que pela identificação de demandas específicas do Serviço Social.

Costa pontua algumas atribuições específicas do assistente social no terceiro setor:

Implantar, no âmbito institucional, a Política de Assistência Social, conforme as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS /93) e Sistema Único da Assistência Social (SUAS /04), de acordo com a área e o segmento atendido pela instituição;

Subsidiar e auxiliar a administração da instituição na elaboração, execução e avaliação do Plano Gestor Institucional, tendo como referência o processo do planejamento estratégico para organizações do terceiro setor;

Desenvolver pesquisas junto aos usuários da instituição, definindo o perfil social desta população, obtendo dados para a implantação de projetos sociais, interdisciplinares;

Identificar, continuamente, necessidades individuais e coletivas, apresentadas pelos segmentos que integram a instituição, na perspectiva do atendimento social e da garantia de seus direitos, implantando e administrando benefícios sociais;

Realizar seleção sócio econômica, quando for o caso, de usuários para as vagas disponíveis, a partir de critérios pré-estabelecidos, sem perder de vista o atendimento integral e de qualidade social; e nem o direito de acesso universal ao atendimento;

Estender o atendimento social às famílias dos usuários da instituição, com projetos específicos e formulados a partir de diagnósticos preliminares;

Intensificar a relação instituição / família, objetivando uma ação integrada de parceria na busca de soluções dos problemas que se apresentarem;

Fornecer orientação social e fazer encaminhamentos da população usuária aos recursos da comunidade, integrando e utilizando-se da rede de serviços sócio assistenciais;

Participar, coordenar e assessorar estudos e discussões de casos com a equipe técnica, relacionados à política de atendimento institucional e nos assuntos concernentes à política de Assistência Social;

Realizar perícia, laudos e pareceres técnicos relacionados à matéria específica da Assistência Social, no âmbito da instituição, quando solicitado; (COSTA, 2005, p. 07)

Considerando a gestão social das ONGs como um exercício de poder, a mesma não será oportunizada ao assistente social ou aos próprios sujeitos sem a ocorrência de conflitos, cujas respostas se efetivarão em estreita relação com as habilidades do profissional. Todavia, o empoderamento dos sujeitos da ação institucional, indispensável ao fortalecimento dos movimentos sociais, demanda um amplo e complexo conjunto de habilidades profissionais, todas naturais ao assistente social.

Conforme sustentado por Ronconi e Wieczinsky;

É neste viés que o Assistente Social deve inserir-se. O terceiro setor para o Assistente Social é um espaço profissional que deve ser ocupado com criatividade e competência técnica, teórica e política. Estes são os pressupostos que devem reger a ação profissional nestas instituições. Devem não apenas ser um executor de programas ou projetos, mas um planejador e proponente de políticas públicas que possam vir ao encontro dos interesses da maioria da população. (RONCONI E WIECZINSKY 2010, p. 6)

Ainda segundo Ronconi e Wieczinsky;

As entidades do terceiro setor através do Assistente Social devem assim, desenvolver ações que promovam a democracia, a liberdade e a participação da sociedade. Devem desenvolver um tipo de gestão que resgate as demandas

universalistas, no sentido de cobrar do Estado o desenvolvimento de políticas públicas, fiscalizar essas políticas e denunciar as irregularidades no desenvolvimento dessas políticas. Este sim é o pleno exercício da cidadania. (RONCONI WIECZINSKY, 2010, p. 07)

Mesmo nas instituições que dispõem de assistente social, é possível verificar que o mesmo não possui autonomia para atuação em atividades de gestão, ou assessoria aos gestores. Isto não significa, entretanto, restrição ao profissional de Serviço Social, mas uma restrição a que outra pessoa de qualquer outra formação venha a exercer poder institucional. Para Netto (1996), configura-se uma processualidade que produz a fragmentação do mercado de trabalho que pode, inclusive, acarretar a desagregação profissional. O terceiro setor se consolida em objeto de intervenção profissional desde que apreendidas como questões sociais, uma vez que, o desempenho insatisfatório destas instituições resulta em maior vulnerabilidade social dos sujeitos destinatários de seus serviços.

De muitos desafios, expõe-se um desafio central aos assistentes sociais que atuam em ONGs, e no terceiro setor de modo geral, de empreender esforços capazes de promover à participação consciente e efetiva dos sujeitos destinatários dos serviços nas instâncias de poder institucional, criando, a partir desta nova ordem, o contexto favorável a prática de cidadania e ampliação da democracia.

2.2 O papel social da Casa do Cidadão: O terceiro setor em Debate.

O presente tópico ora discutido e aqui exposto vem retratar o objeto de nosso trabalho, através de uma pesquisa realizada no espaço sócio ocupacional denominado Casa do Cidadão, local este onde as três alunas autoras da pesquisa realizaram o estágio supervisionado.

A Casa do Cidadão foi fundada em março de 2003 e tornou-se referência no município e região e dispõe de inúmeros projetos dentre eles:

- Projeto Pensa Caratinga: consiste na realização de pesquisa social com escopo de resgatar fatos relevantes da história e da memória contemporânea do município de Caratinga, este projeto contempla ações de extensão prevista no projeto pedagógico dos cursos de Direito e Serviço Social da Faculdade Integrada de Caratinga, priorizando a promoção da cidadania através do resgate da memória social.
- Prevenção contra acidentes em Instalação Elétrica e Rural: este projeto visa um estudo de cunho teórico sobre acidentes em instalações elétricas rurais e residenciais com a construção de uma maquete funcional que juntamente com peças de teatro servirá de

experimento demonstrativo dos perigos da rede elétrica. Tem como objetivo geral atuar na preservação da vida, aproximar a instituição e a sociedade, mostrar o potencial do curso de Engenharia na atuação quanto agende transformador em nossa região. Devido à grande demanda e procura pelos serviços prestados, criou-se a Casa do Cidadão Itinerante, esta, foi implantada com o objetivo de atender as pessoas que efetivamente, por falta de recursos e meios de transporte e outros, tem dificuldade para deslocar-se e buscar auxílio nas diversas atividades que englobam a Casa.

- **Oficina de Gestantes:** o objetivo deste projeto é trazer conhecimento as gestantes sobre as etapas relacionadas a gestação, desde o processo de concepção, até o período pós-puerperal e possam executar as práticas necessárias de acordo com necessidades encontradas no decorrer dos meses. Este projeto é contemplado pelo curso de Enfermagem.
- **Comunidade Cidadã:** este projeto tem como objetivo geral demonstra o quão à didática no curso de Direito pode ser aperfeiçoada através de interações com atividades de extensão voltadas para ações sociais.

Fazem parte do quadro de profissionais que compõem a Casa do Cidadão, advogados que detém plenamente da ação institucional, assistente social, estagiários e secretária, equipe cujas práticas também estão ligadas as ações da Instituição, que obtém saber relativo às ações da Casa, mantendo uma posição estratégica do ponto de vista de seu âmbito, sendo subordinados aos Advogados e Coordenador da Instituição.

O Escritório Modelo de Assistência Jurídica – EMAJ tem como finalidade proporcionar acesso à justiça a pessoas de baixa renda da cidade de Caratinga e região e para tanto, realiza atendimento jurídico nas áreas de direito de família, cível e penal, por intermédio dos alunos do Curso de Direito, orientados por advogados que são professores orientadores do EMAJ. O mesmo oportuniza a prática jurídica, no qual o estudante poderá rever o conteúdo teórico aprendido no decorrer do curso, bem como interagir com a sociedade na relação ensino aprendizagem.

Desde a sua fundação até o mês de novembro de 2014, foram cadastrados 2.827 clientes²⁹ dentre estes, foram encerrados 1.788 processos. No segundo semestre de 2015 foram

²⁹ Cliente é o termo designado as pessoas que utilizam dos serviços prestado na Casa do Cidadão, termo este utilizado pela área jurídica, que é a área de predominância no espaço.

realizados 83 atendimentos, incluindo atendimentos jurídicos e orientações, foram distribuídas 49 ações, encerrados 26 processos e realizados 42 audiências além do acompanhamento dos processos já em andamento, sendo que no primeiro semestre de 2016 foram realizados 283 atendimentos, incluindo atendimentos jurídicos e orientações, foram distribuídas 35 ações, encerrados 14 processos e realizados 47 audiências, além do acompanhamento dos processos já em andamento.

Os atendimentos são realizados a partir de agendamentos no espaço da Casa do Cidadão semanalmente as terças, quartas e quinta-feira, nos horários de 13:00 às 19:00 horas e destina-se ao desenvolvimento de todas as atividades de extensão dos cursos da Instituição, abrigando seus diversos núcleos de atendimento à comunidade carente da cidade e região. O espaço serve principalmente para humanizar os cursos das Faculdade Integradas de Caratinga - FIC, um mecanismo que agrega ensino, pesquisa e extensão.

A Casa do Cidadão é uma instituição privada que tem o projeto de instalação como objetivo ao atendimento jurídico a famílias em situação de vulnerabilidade social, onde é possível proporcionar aos acadêmicos do curso de direito o contato real com a prática profissional da advocacia a ser exercida ainda na graduação, sob o amparo dos professores e orientadores, em estrutura própria regulamentada através do Núcleo de Prática Jurídica, desenvolve atuação de cunho sócio jurídico a sociedade da cidade de Caratinga, ao mesmo tempo em que a inserção de instituições e associações cresce no país enquadrando-se ao denominado Terceiro Setor. O âmbito jurídico propõe abordar a temática da situação da população, principalmente no que se refere a questão social e suas refrações, fazendo uma interseção entre Direito e Serviço Social e demais instâncias envolvidas, mostrando, dessa forma, a necessidade de um trabalho interdisciplinar com os alunos do curso de Direito. A sociedade procura a casa do cidadão através de encaminhamentos da Defensoria Pública, dos equipamentos sócio assistenciais do município ou por já conhecer o trabalho realizado pela casa. Os atendimentos são realizados através de critério de renda, através da triagem realizada pelo assistente social.

A Casa do Cidadão como instituição de cunho privado e educacional, atua cada vez mais dentro do município abarcando as demandas sóciojurídicas, demandas estas que são de responsabilidade pública. Reforçando assim a funcionalidade do terceiro setor na sociedade capitalista.

Montaño acrescenta;

“O objetivo de retirar o Estado (e o capital) da responsabilidade de intervenção na “questão social” e de transferi-los para a esfera “terceiro setor” não ocorre por motivos de eficiência, nem apenas por razões financeiras: reduzir os custos necessários para sustentar a função estatal.” (MONTAÑO. 2012 p.23).

O autor sinaliza para um motivo fundamentalmente político ideológico, retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão quanto a políticas sociais. “” [...] criar uma cultura de auto culpa pelas mazelas que afetam a população, e de autoajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades. ”” (MONTAÑO. 2012. p. 23). Percebe-se no município uma escassez da cobertura aos atendimentos por parte da Defensoria Pública e Estado gerando ainda mais demandas, e essas demandas são direcionadas aos serviços da Casa do Cidadão.

Nesta conjuntura a Casa do Cidadão contribui para efetivação de direitos, fazendo interlocução entre o jurídico e a assistência social. Na atualidade, compreender o papel do terceiro setor junto às instituições e as políticas de assistência social é essencial, ele cresce a cada dia, e seu crescimento está potencializado as demandas da sociedade em estado de vulnerabilidade social.

O Assistente Social desenvolve um papel impar na Casa, usa das ferramentas que a profissão dispõe articulando junto ao jurídico as demandas que chegam à Casa. Assim sendo, realiza em forma de entrevista as triagens dos usuários, com objetivo da análise socioeconômica, para critério de atendimento. O trabalho do assistente social na Casa se caracteriza por uma prática de operacionalização de direitos, de compreensão dos problemas sociais enfrentados pelos sujeitos no seu cotidiano e suas inter-relações com o sistema de justiça, visando atender às demandas e necessidades da população subalterna que recorre e utiliza estes serviços.

Portanto, com vista a compreender a função social da Casa do Cidadão foi realizada no mês de novembro do corrente ano, uma pesquisa por meio de entrevista semiestruturada, por amostragem com quinze usuários e com a assistente social que presta serviços na Casa. As entrevistas semiestruturadas ou não dirigidas são procedimentos de coleta de dados que se baseiam na forma de colher informações no discurso livre do entrevistado, permitindo ao entrevistador reformular imediatamente o seu roteiro, conforme os pontos abordados na pesquisa.

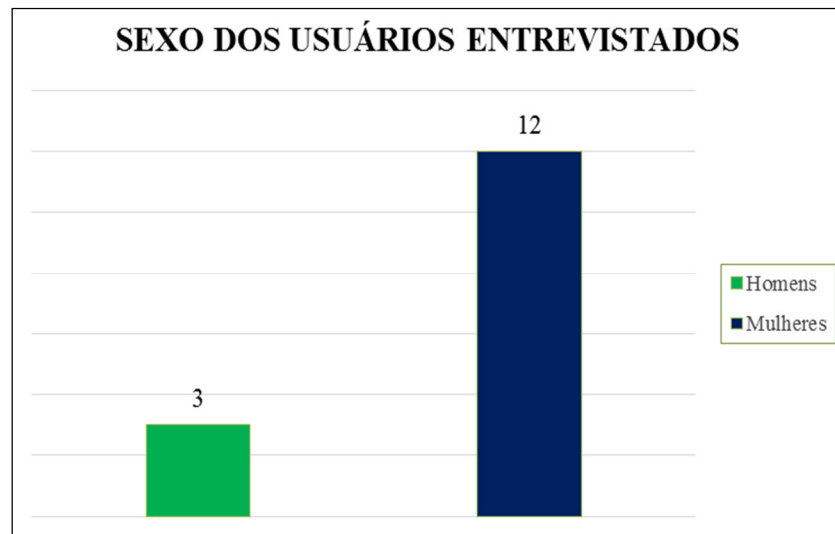
“” A pesquisa significa indagação ou busca minuciosa para averiguação da realidade; investigação, inquirição, com o fim de descobrir ou estabelecer fatos ou princípios relativos a um campo qualquer do conhecimento ”” (FERREIRA, 1986, p. 1320). A definição trazida por Ferreira, nos ajuda a compreender a pesquisa como uma ação de conhecimento da realidade, um processo de investigação, minucioso e sistemático, para conhecermos a realidade ou alguns aspectos da realidade ainda desconhecidos. O mais importante é compreender a pesquisa como um processo de produção de conhecimentos para a compreensão de uma dada realidade, isto é, de conhecimentos que nos auxiliem na interpretação da realidade vivida.

Sinaliza Minayo;

Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula o pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática (MINAYO, 2002, p. 17).

Sendo assim, a função da pesquisa é a interpretação do que vivemos, como afirma Santos, “” ela é a prática social de conhecimento ”” (SANTOS, 1989, p. 58), esse autor reforça o caráter social da atividade de pesquisa. Portanto, a construção da pesquisa significa além de contribuir na construção de um campo teórico-metodológico necessário para o desenvolvimento e consolidação da investigação, contribuir também para a consolidação teórico-metodológica da reestruturação política da pesquisa como instrumento de produção e apropriação social e democrática dos conhecimentos.

GRÁFICO 1



Fonte: Alunas autoras da pesquisa.

Observa-se com a pesquisa que o maior público entrevistado são as mulheres, com sua inserção no mercado de trabalho, a mulher conquista também, novos espaços na sociedade, sendo levada a assumir múltiplos papéis. Hoje a mulher se encontra com uma ampliação de ideais, novos interesses e necessidades, além de seu compromisso profissional, ela ocupa ainda um espaço amplo no âmbito doméstico, não podendo se desvincular dele tão facilmente, por se tratar de uma questão cultural, a legitimação das mulheres como sujeitos sociais foi conseguida, sobretudo, pelo compromisso das mesmas com uma luta organizada em busca de seus direitos e definição de seu espaço na sociedade.

As mulheres sempre desempenharam um papel fundamental na vida das famílias: o cuidar. E quando ingressaram no mercado de trabalho, os cargos ocupados também estavam vinculados “ao cuidar”: enfermeira, professora, doméstica.

De acordo com Freitas;

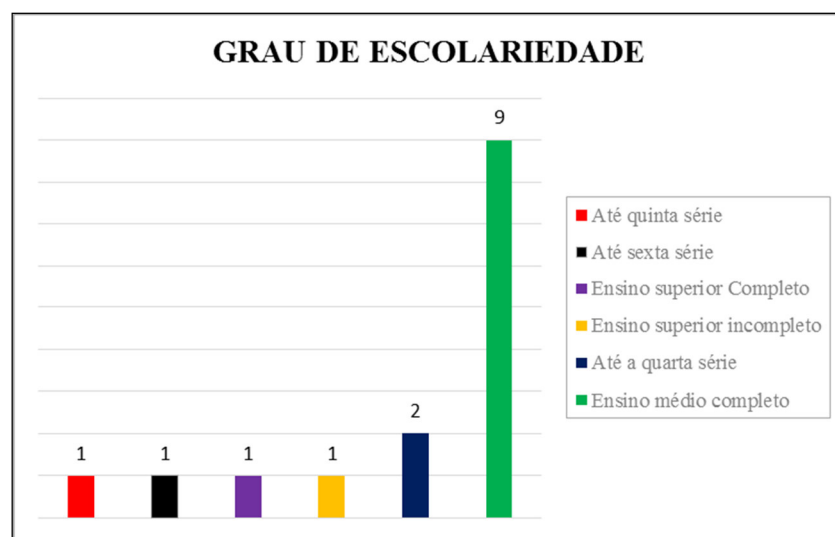
(...) isso é explicado pelo fato de o “cuidado” ser considerado um atributo tipicamente feminino, adquirido na esfera doméstica, ou seja, os saberes são aprendidos na socialização da mulher. Desse modo [...] as mulheres aparecem como mais propensas a certas profissões por serem consideradas “naturalmente” qualificadas para elas. (FREITAS 2007, p. 55)

Percebe-se com o passar dos anos que o papel da mulher continua tendo o desempenho de atividades afetivas como o cuidado e educação dos filhos e de atividades domésticas, mas é possível verificar que as mulheres estão cada vez mais buscando por novas formas de

participação na sociedade, conquistando o seu espaço, se profissionalizando, estudando e ao mesmo tempo em que é dona de casa, é também estudante e profissional realizando ainda, tarefas no meio social, o trabalho está ligado também à própria subsistência e de sua família, pois, além de suas tarefas domésticas, no lar, suas atribuições também passam a ser de ordem financeira, visto que sua renda é incorporada a renda familiar.

Desta forma, observa-se que o desdobramento dos novos papéis da mulher teve como consequência uma sobrecarga de funções, uma vez que ela foi levada a assumir longas jornadas de trabalho por acumular tarefas dentro e fora de casa, gerando então outros “problemas” no que se refere ao relacionamento com a família.

GRÁFICO 2



Fonte: Alunas autoras da pesquisa.

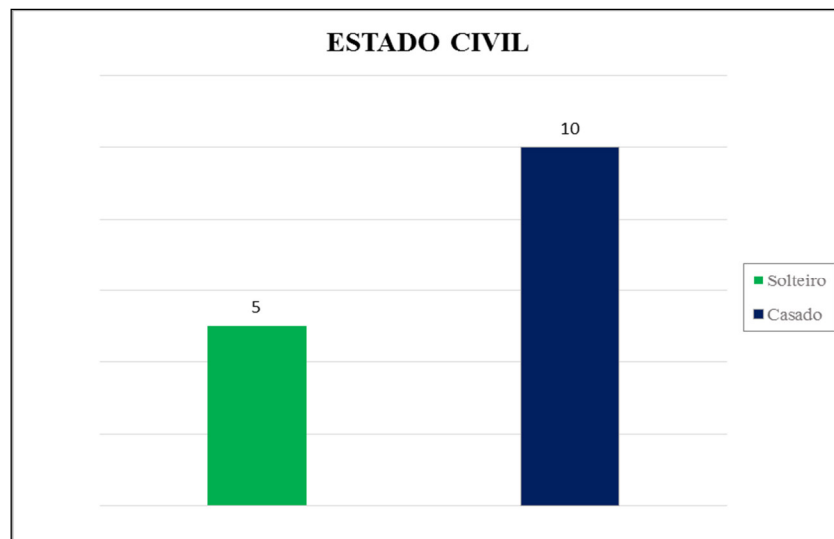
No que diz respeito ao grau de escolaridade dos usuários pesquisados, verifica-se que o maior número de usuários entrevistados possui ensino médio completo, sendo 60% dos entrevistados. Neste contexto, o Ministério da Educação aponta que o analfabetismo de jovens e adultos vem sendo reduzido no Brasil;

O Brasil reduziu em 4,3 pontos percentuais o número de analfabetos de 2001 a 2014. É o que aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2014, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa de analfabetismo entre brasileiros com 15 anos ou mais foi estimada em 8,3%, o que significa, de acordo com o IBGE, 2,5 milhões de pessoas

analfabetas a menos, em relação a 2001. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016) ³⁰.

Mas, apesar dos avanços, o número de pessoas que não sabem ler e escrever ainda é grande em algumas regiões do Brasil. De acordo com o ministro da Educação José Mendonça Bezerra Filho “” o analfabetismo se concentra especialmente na população com mais de 60 anos e, sobretudo, na área rural, concentrado no Nordeste, no semiárido do Brasil. ”” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016) ³¹. Foi possível observar com os atendimentos que os usuários entrevistados encontram dificuldade em ingressar no ensino superior devido ao acúmulo de funções, muitas demandas sendo que ainda existe a concepção de que os menos favorecidos não têm condições de aprender, devendo aceitar que são a mão de obra pesada e barata do país, estando às margens da sociedade. Conforme coloca Zago, “” entender as transformações nas demandas e nas práticas escolares desta população, assim como no perfil dos estudantes na sociedade contemporânea é fundamental, a inserção de alunos advindos de escolas públicas no ensino superior. ”” (ZAGO 2006, p. 236).

GRÁFICO 3



Fonte: Alunas autoras da pesquisa.

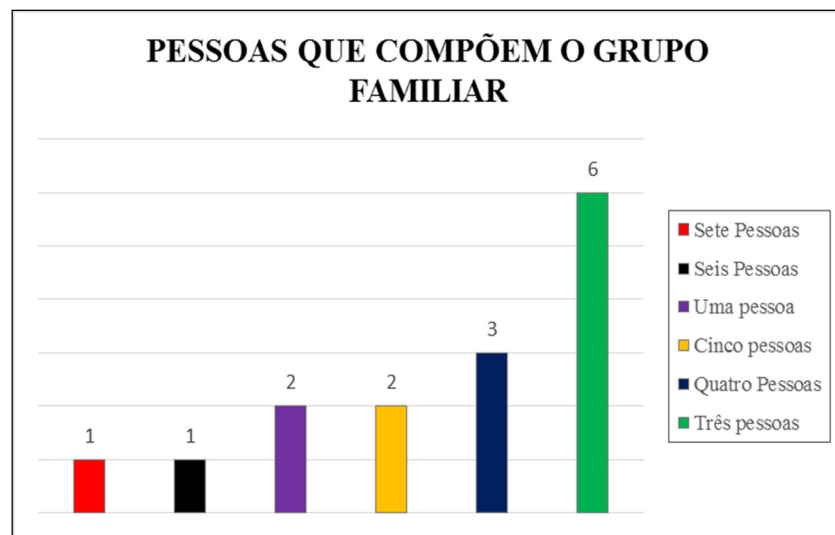
Observa-se nos dados apresentados que os usuários que buscam serviços na casa, 66,66% são pessoas casadas, ou seja, o indivíduo que possui uma união matrimonial através do

³⁰ <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34167>. Acesso em: 27/11/16

³¹ <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34167>. Acesso em: 27/11/16

casamento civil, independente do regime de bens adotado. Acerca do estado civil das pessoas, a desembargadora Maria Berenice Dias, especialista em direito de família, relata que “” O estado civil é estabelecido de acordo com o estado ou não de casado do indivíduo, e sofre alterações conforme o vínculo conjugal termina ou dissolve-se. ”” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)³². A identificação do estado civil serve para dar publicidade, não só de sua condição pessoal, mas também de sua condição patrimonial, o casamento nada mais é do que uma forma de união com regramento pré-estabelecido no Código Civil.

GRÁFICO 4



Fonte: Alunas autoras da pesquisa.

Durante as entrevistas foi abordada a composição do grupo familiar, a quantidade de pessoas que residem junto ao usuário que buscou o serviço, como se observa no gráfico, esses dados nos permite analisar que há uma diversidade quanto a composição quantitativa destas famílias, predominando as que possuem três pessoas em sua formação.

Ressalta-se que o conceito de família tem sido redefinido e discutido de forma contemporânea. Segundo Amaral “” a família é, uma construção social que varia segundo as épocas, permanecendo, no entanto, aquilo que se chama de “sentimento de família”, que se forma a partir de um emaranhado de emoções e ações pessoais, familiares e culturais, compondo

³² <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34167>. Acesso em: 27/11/16

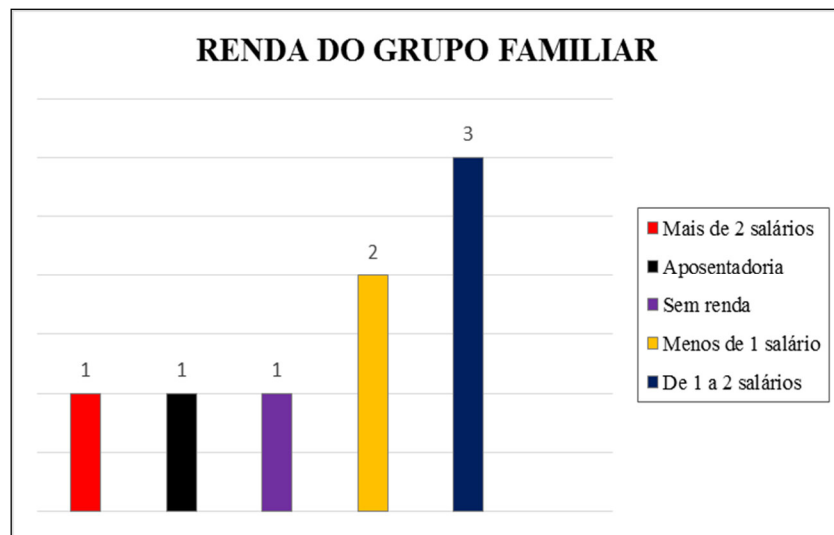
o universo do mundo familiar ””. (AMARAL 2001. p. 68). Neste sentido compreendemos que a família e seus componentes se formam por bases de registros culturais, costumes, influencias territoriais, sociais e econômicas.

Para Kaloustian & Ferrari;

“A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes.” (KALOUSTIAN & FERRARI. 1994 p. 34)

Entende-se que o grupo familiar são todas as pessoas que residem na casa, essas informações são indispensáveis para avaliação e critério de atendimento, pois a renda é calculada pelo grupo. Após os acompanhamentos percebe-se também uma tendência a omissão de informações ou a alteração dessas informações por parte dos usuários, dados apontem que esse tipo de comportamento está diretamente ligado ao medo de não receber o atendimento e em alguns casos para que seja atendido, mesmo não enquadrando ao perfil, assim o profissional assistente social encontra desafios para concluir a efetivação de direitos.

GRÁFICO 5



Fonte: Alunas autoras da pesquisa.

É possível verificar com o gráfico que a maioria dos usuários entrevistados possuem renda de até dois salários mínimos e ao analisar a renda do grupo familiar, verificamos o

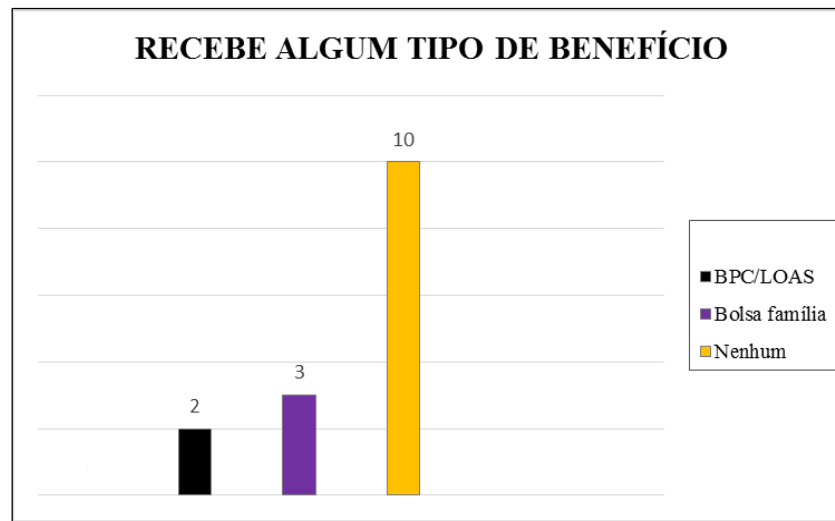
universo marcado pela subalternidade destes usuários que na maioria das vezes são trabalhadores, vistos como pessoas necessitadas das políticas públicas incapazes em relação à sua própria condição, dependente de ajuda.

Sobre este contexto Yazbek pontua;

A noção de pobreza é, portanto, ampla e supõe gradações e embora seja “uma concepção relativa, dada a pluralidade de situações que comporta. Usualmente vem sendo medida por meio de indicadores de renda e emprego, ao lado do usufruto de recursos sociais que interferem na determinação do padrão de vida, tais como saúde, educação, transporte, moradia, aposentadoria e pensões, entre outros. Os critérios, ainda que não homogêneos e marcados pela dimensão de renda, acabam por convergir na definição de que são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo, portanto, excluídos, em graus diferenciados, da riqueza social. Entre eles estão: os privados de meios de prover à sua própria subsistência e que não têm possibilidades de sobreviver sem ajuda; os trabalhadores assalariados ou por conta própria, que estão incluídos nas faixas mais baixas de renda; os desempregados e subempregados que fazem parte de uma vastíssima reserva de mão de obra que, possivelmente não será absorvida” (YAZBEK, 2009, p. 73-74)

Neste sentido, a assistência social surge para garantir a efetivação dos direitos e emerge como uma política estratégica voltada para o enfrentamento da pobreza buscando os mínimos sociais para estes usuários que buscam atendimentos nas diversas instituições da rede sócio assistenciais para Sposati, “” propor mínimos sociais é estabelecer o patamar cobertura de riscos e de garantias que uma sociedade quer garantir para todos os seus cidadãos. Trata-se de definir o patamar de dignidade abaixo do qual nenhum cidadão deveria estar ”” (SPOSATI. 1997 p. 10). Assim, para buscar estes mínimos sociais é necessária a verificação também das condições materiais, sociais e culturais destes usuários, em seu acesso e usufruto de políticas sociais, programas, serviços, recursos e bens, seus comportamentos, valores, seu modo de viver e de pensar com objetivo de manter estratégias para reverter o nível elevado de desigualdade.

GRÁFICO 6



Fonte: Alunas autoras da pesquisa.

Percebeu-se nas respostas que na grande maioria não possui benefício, 67% não recebem nenhum tipo de benefício. Uma análise a partir do contato com o usuário constata-se que há um grande desconhecimento dos programas sociais ofertados pelo Governo Federal e políticas públicas, os usuários não possuem informações e não buscam acesso, mesmo estando dentro do perfil social para ser incluída no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal, que atualmente é considerado a porta de entrada para todos os benefícios.

O Ministério do Desenvolvimento Social classifica,

Os benefícios assistenciais fazem parte da política de Assistência Social e são um direito do cidadão e dever do Estado. Esses benefícios são divididos em duas modalidades: o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e os Benefícios Eventuais. O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo à pessoa idosa com 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência de qualquer idade. Nos dois casos, o cidadão que pleiteia o benefício deve comprovar não possuir meios de se sustentar ou de ser sustentado pela família. Os Benefícios Eventuais são caracterizados por serem suplementares e temporários, prestados aos cidadãos e às famílias em casos de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade provisória e de calamidade pública. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL)³³

Neste sentido, 33% dos usuários que recebem benefício social, 2 recebem o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC e 3 usuários recebem o benefício do Bolsa

³³ <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais> Acesso em: 27/11/2016

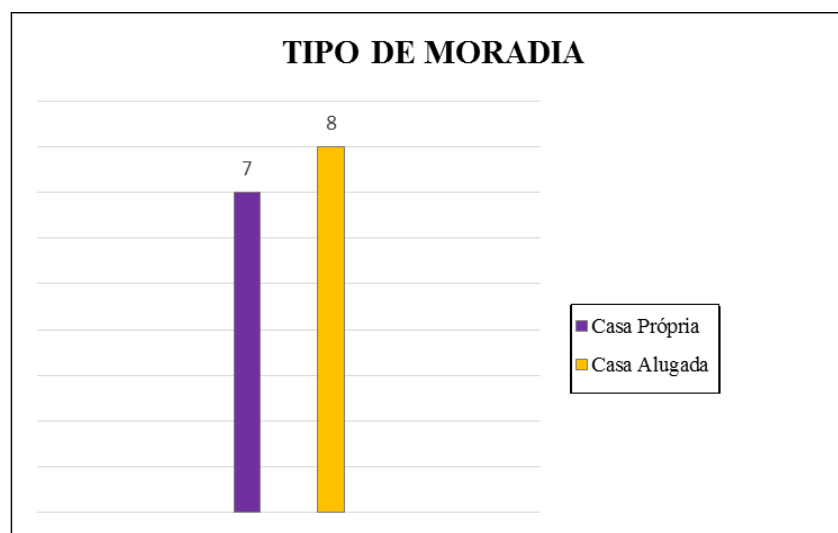
Família, benefício de transferência de renda que tem como foco combater a pobreza e miséria, assim seu direcionamento são as famílias em estado de vulnerabilidade social e pobreza. As políticas públicas surgem como respostas do Estado no enfrentamento a questão social.

Pereira sinaliza;

Com efeito, a questão social, constituída em torno do pauperismo e da miséria das massas, representou o fim de uma concepção idealista de que a sociedade, por si só ou, quando muito, acossada pela polícia, pudesse encontrar soluções para os problemas sociais. Constatada a falácia dessa concepção, impôs-se outra, apoiada na necessidade do sistema liberal-burguês de responder, por meio da regulação estatal efetiva e ampliada, os efeitos disruptivos da questão social (PEREIRA, 2002 p.31).

Sabe-se que os benefícios são complementares a necessidade dos usuários que se encontram dentro do índice de pobreza, esses usuários podem usufruir dos benefícios que a eles enquadrarem e necessitarem, sendo uma forma de complemento de renda ou de inserção aos programas sociais de proteção social básica ou especial. Assim, o desconhecimento dos programas implica na não efetivação dos direitos aos que deles necessitam.

GRÁFICO 7



Fonte: Alunas autoras da pesquisa.

De acordo com o gráfico, a maioria dos usuários reside em casa alugada, sendo que o usuário (A) paga R\$ 350,00 reais de aluguel, já o usuário (E) paga R\$ 300,00 reais, o usuário

(F) paga R\$ 450,00 reais, o usuário (K) paga R\$ 250,00 reais, nesta perspectiva observamos que 53,33% dos usuários residem em casa alugada e 46,66% residem em casa próprio, neste contexto BRASIL discorre;

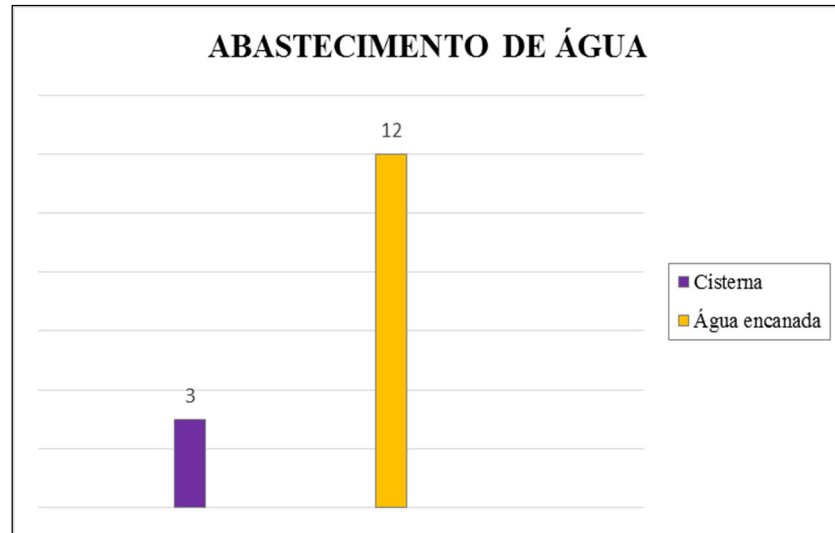
O direito à moradia é um direito humano e também está assegurado na Constituição Federal de 1988 como um direito social, juntamente à saúde e à educação, entre outros. A proposta de incluir a moradia no rol dos direitos sociais já era parte de um movimento que aparece na década de 1960, a partir do I Seminário de Habitação e Reforma Urbana, realizado em 1963. Entretanto, ela só se efetivou a partir da modificação do artigo 6 da Constituição Federal (CF), o que foi feito pela Emenda Constitucional n. 64 de 2010 (BRASIL, Constituição Federal da República Federativa do Brasil 1988.)

Verifica-se que no início de 1960 aprofundou-se a crise habitacional e urbana em um país que se urbanizava e industrializava de modo acelerado passando por um forte processo migratório do campo para as cidades, mas sem desenvolver quaisquer tipos de política estruturada para poder enfrentar essa nova situação e nas décadas anteriores a inflação já crescente desajustou a parte que se refere a habitação sem haver mecanismos para reajustar alugueis e prestações.

Passado mais de dez anos da promulgação da Constituição Federal de 88 ocorreu um avanço na consolidação desse direito quando foi considerado que seria definido uma moradia digna para a população, mas segundo o estatuto a moradia deveria estar localizada em um terreno urbanizado tendo acesso a todos os serviços públicos que fossem importantes para a população e deveria proporcionar o acesso da população ao sustento e ao emprego. Fica nítido que os usuários que habitam em casas alugadas possuem territorialidade que propiciam situação de vulnerabilidade social, acarretando dificuldades aos mesmos, por não possuírem renda para manter as despesas da família e ainda pagar o aluguel.

Compreende-se que as vulnerabilidades sociais são vinculadas a situações de empobrecimento da classe trabalhadora que se relaciona a dificuldades materiais para a manutenção de sobrevivência, mas cada situação se manifesta de acordo com o ciclo vital de cada família, afirma Couto, Yazbek e Raichelis, “” o território é o terreno das políticas públicas, onde se concretizam as manifestações da questão social e se criam os tensionamentos e as possibilidades para seu enfrentamento. ”” (YAZBEK & RAICHELIS 2010, p. 50). Então para se abordar o território é essencial compreender o conceito de vulnerabilidade social, pois é neste contexto que se é determinado as condições de vida dos segmentos da população vulnerabilizada.

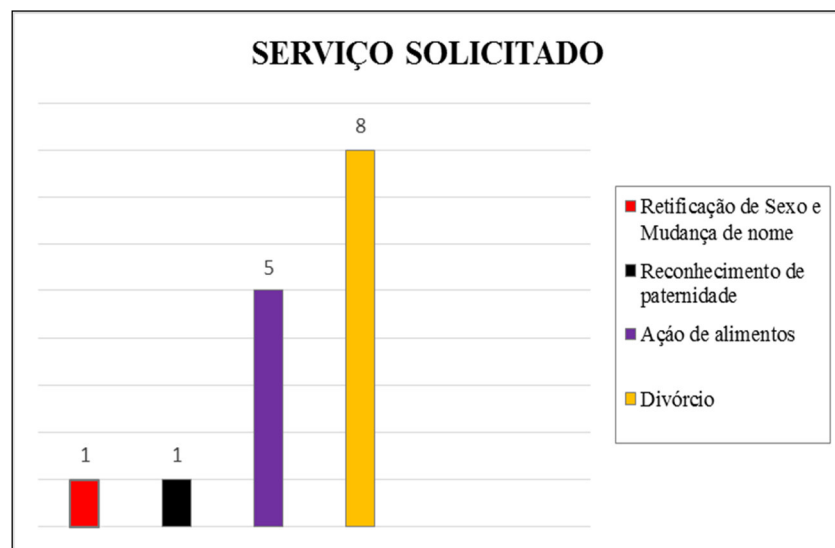
GRÁFICO 8



Fonte: Alunas autoras da pesquisa.

Verifica-se que 80% dos usuários possuem água encanada em suas residências, caracterizando uma água tratada, distribuída por empresa privada de abastecimento de água no município. Os outros 20% possuem cisterna.

GRÁFICO 9



Fonte: Alunas autoras da pesquisa.

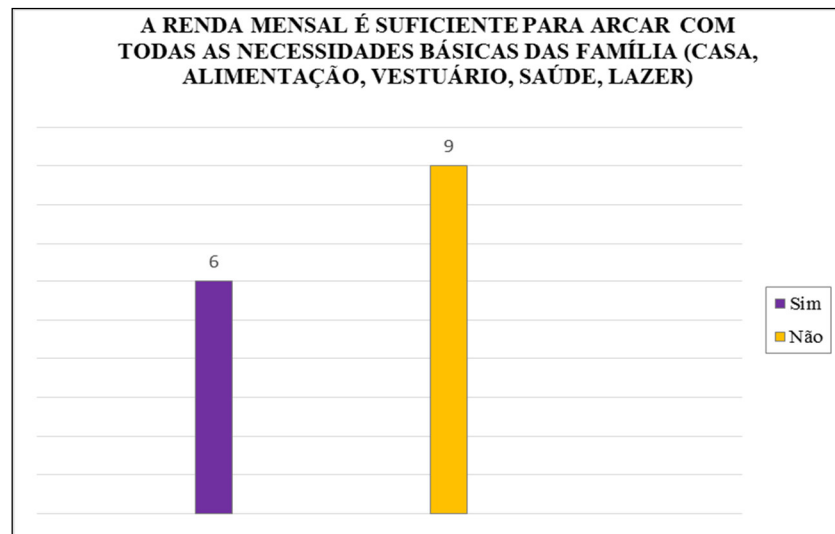
Verifica-se com a análise do gráfico que o maior índice de solicitação de atendimentos realizados na casa é a solicitação de divórcio com 53,33%, sendo que 33,33% solicitaram

atendimento para ação de alimentos, 6,7% solicitaram reconhecimento de paternidade e 6,7% solicitaram retificação de sexo e mudança de nome. No que se refere aos atendimentos realizados aos usuários que solicitam o divórcio, o primeiro passo é sempre a verificação de possível acordo entre as partes para verificação de qual tipo de ação será realizada, ou seja, ação de divórcio consensual ou litigioso. O divórcio consensual somente poderá ser realizado em cartório caso o casal não tenha filhos menores ou incapazes, assim, o juízo irá conceder as partes, o ofício da sentença para que seja levado ao cartório a fim de que se averbe o divórcio na certidão de casamento, na hipótese de que possua filhos o divórcio somente se realiza pela via processo judicial, em casos de divórcio litigioso o casal discorda sobre uma ou algumas questões pertinentes ao divórcio, como partilha de bens, pensão, guarda de filhos, ou ainda por uma das partes não querer o divórcio.

O papel do serviço social da casa é avaliação da renda do grupo familiar que solicita o atendimento, mas cada vez mais cresce o número de solicitações referente à intervenção destes profissionais em ações de alimentos e divorcio principalmente em situações em que envolve crianças e adolescentes, neste contexto o profissional é solicitado para intervir como perito como discorre Pizzol, “” entre os profissionais do conhecimento científico, está o assistente social, cuja profissão, devidamente reconhecida e regulamentada, há muito vem contribuindo com a Justiça, desenvolvendo uma série de trabalhos, entre eles o de perícia social judiciária ”” (PIZZOL, 2005, p. 23).

O perito é o auxiliar do juiz que, dotado de conhecimentos especializados que o juiz não está obrigado a ter, é chamado por este em um processo para dar sua opinião fundamentada, quando a apreciação das ações requer conhecimentos especializados em alguma ciência.

GRÁFICO 10



Fonte: Alunas autoras da pesquisa

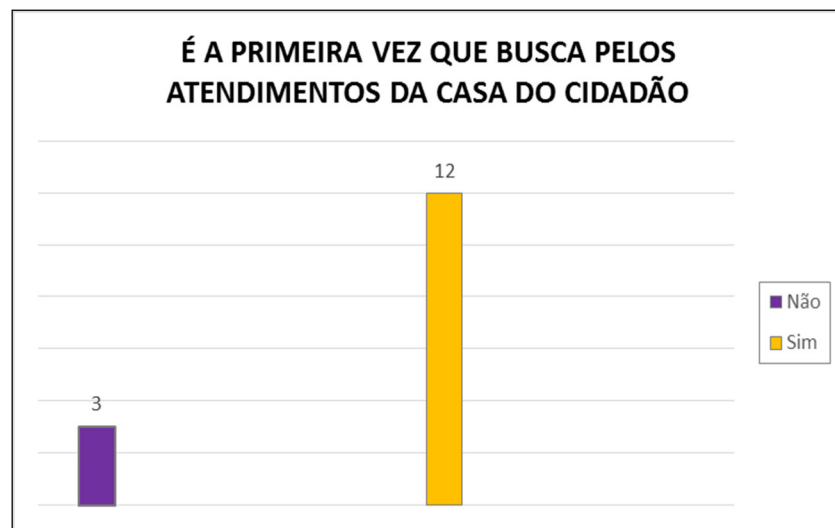
De acordo com as informações fornecidas pelos usuários, observa-se que 60% deles não conseguem suprir as necessidades básicas da família e dos 40% que responderam de forma positiva, um dos usuários pontuou: usuário (E) “Sim, mas não possui extra, somente para aluguel, luz, água e despesas básicas e não sobra nada.”, dos usuários que responderam de forma negativa alguns pontuaram, usuário (A) “Não, porque com menos de um salário não consegue fazer todas as despesas e não sobra para saúde.”, usuário (F) “Não, por que falta para o lazer e para a saúde”, usuário (G) “Não, pois não sobra para vestuário”, usuário (N) “Não, pois recebo apenas um salário mínimo e pago todas as despesas sozinha.”. Dentro desta análise, podemos observar que a renda mensal das famílias entrevistadas é direcionada ao suprimento de questões básicas a condição de vida humana, considerando que alguns não conseguem suprir necessidades como medicamentos, lazer e vestuário, inseridos a margem da pobreza e desigualdades sociais.

Carmelita, contextualiza;

Embora a renda se configure como elemento essencial para a identificação da pobreza, o acesso a bens, recursos e serviços sociais ao lado de outros meios complementares de sobrevivência precisa ser considerado para definir situações de pobreza. É importante considerar que pobreza é uma categoria multidimensional, e, portanto, não se expressa apenas pela carência de bens materiais, mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças. (YAZBEK, 2010. p. 153)

Neste sentido compreende-se que não é só a renda, mas o acesso às garantias disponíveis a todos e aquelas aos que necessitam, proveniente do Estado, das políticas e direitos. Por outro lado observa-se um grande espaço entre igualdade e desigualdade na sociedade brasileira. Segundo Sawaia “” a exclusão faz parte de um processo contraditório, e ela não possui uma única forma e nem é uma falha do sistema, mas sim significa um produto do funcionamento do sistema. ”” (SAWAIA, 2001, *apud* PEREIRA, 2011). Sabe-se que a questão social e suas refrações são resultados da contradição e das relações estabelecidas entre o capital e o trabalho, neste contexto são impulsionadas as desigualdades e reproduzida a pobreza.

GRÁFICO 11



Fonte: Alunas autoras da pesquisa

Diante desta abordagem verifica-se que 80% dos usuários buscavam pela primeira vez aos serviços, dos 20% que já haviam solicitado eram eles, usuário (B) “Tentou divórcio consensual e não deu certo e por este motivo retornou a casa”, usuário (C) “Buscou serviços para o irmão, ajudou a resolver questão de pensão alimentícia”, usuário (I) “Pensão alimentícia, esteve anteriormente”.

As demandas da Casa do Cidadão são constantes e crescem a cada ano, quanto mais os serviços são conhecidos pelo município mais demandas aparecem, observa-se que mesmo sendo a maior porcentagem dos quais buscam pela primeira vez, há consideráveis que por conhecerem os serviços voltarem em outras demandas.

Ao serem questionados sobre como ficaram sabendo dos serviços ofertados na casa do cidadão, o usuário (D) respondeu “A minha mãe já havia utilizado os serviços e me indicou e também tive indicação através da casa da mulher”, o usuário (F) respondeu “Conheço a

Assistente Social da Casa que indicou a procurar os serviços da Casa do Cidadão” sendo que o usuário (L) respondeu “A minha ex-mulher que procurou os serviços, mas não sei quem falou para ela” e o (M) “Através do Ministério Público”. Diante das respostas, observamos que a própria Defensoria Pública indica os serviços ofertados na Casa do Cidadão devido à prestação de serviço ser gratuita, em alguns casos foi possível observar que os usuários ficavam sabendo do serviço até mesmo pela própria rede sócio assistencial do município. Segundo Robert e Séguin, “” o acesso à justiça não é apenas o acesso aos Tribunais, representado pela figura do Juiz, mas principalmente o acesso ao Direito ””. (ROBERT & SÉGUIN 2000, p.181). O acesso ao direito, portanto, passa pela conscientização dos direitos de cada cidadão, o acesso à justiça deve ser encarado como requisito fundamental, o mais básico dos direitos humanos, ao possibilitar o real acesso à justiça garante-se que outros direitos sejam efetivados.

Foi abordado aos usuários sobre a avaliação aos serviços prestados na casa do cidadão, os usuários responderam, usuário (B) “foi bem atendida, mas o processo está em andamento”; o usuário (I) ” foi bem atendida, mas o pai da criança se recusou a pagar a pensão e ela desistiu do atendimento”; o usuário (M) “ótimo, por se tratar de atendimento gratuito a comunidade que se enquadra no perfil” e o usuário (N)” tem dificuldades com o horário de atendimento, processo em andamento”.

Percebe-se que os usuários ficam satisfeitos com o atendimento que a casa do cidadão lhes oferece, de acordo com Santos;

“A população atendida pelos serviços que prestam assistência jurídica gratuita não tem meio de efetuar pagamento pelos serviços e não podem escolher livremente o seu prestador de serviços necessitando e dependendo de serviços gratuitos para atendimento de seus direitos de acesso à justiça” (SANTOS, 1997, p. 170)

Neste sentido, a casa do cidadão tem o índice de aprovação satisfatório em relação aos usuários devido ser um atendimento gratuito e que traz benefício à população que está à margem da sociedade.

Com vistas a fortalecer a discursão, foi realizada a pesquisa semiestruturada com a assistente social. A mesma atua na Casa do Cidadão desde 01 de agosto de 2012. O trabalho desenvolvido por ela tem sido singular na efetivação e cumprimento das demandas apresentadas. A assistente Social concluiu sua graduação no ano de “2011” na instituição de ensino “Faculdade Integradas de Caratinga”, participando durante o período de graduação de “estágio curricular obrigatório” e no seu exercício profissional participa de atividades no

“conselho de direitos” e “conferências municipais”. Todo esse processo de formação contribui para formação de um arcabouço teórico e metodológico do profissional, formando bases estruturais para o enfrentamento dos desafios apresentados no contexto da Casa do Cidadão.

Como descreve Iamamoto;

A compreensão dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social que informa a revisão curricular parte da premissa que decifrar a profissão exige aprendê-la sob um duplo ângulo. Em primeiro lugar, abordar o Serviço social como uma profissão socialmente determinada na história da sociedade brasileira. Em outros termos, analisar como o Serviço Social se formou e desenvolveu no marco das forças societárias, como uma especialização do trabalho na sociedade. (IAMAMOTO, 2005, p. 57)

Neste sentido, se faz necessário embasar-se aos autores que são vistos como subsídios teóricos, técnicos e éticos para o exercício profissional atrelado ao projeto ético-político do Serviço Social, na direção estratégica da ampliação de direitos, quando questionada sobre os autores de referência em seu exercício profissional, a assistente social citou autores como “Marilda Villela Iamamoto e Yolanda Aparecida Demétrio Guerra”. O Projeto Ético Político da profissão apresenta-se como base de sustentação do fazer profissional, a partir das lutas pelo reconhecimento da categoria e na busca de desvincular-se ao conservadorismo e tradicionalismo.

Iamamoto enfatiza:

O Código de Ética nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, deslocados do processo social. Afirma, como valor ético central, o compromisso com a parceria inseparável, a liberdade. Implica a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos (IAMAMOTO, 2008, p. 77)

Pautada no Código de Ética a Assistente Social da Casa do Cidadão desenvolve além de suas atribuições cotidianas, a supervisão de estágio a alunas em construção acadêmica, sendo assim um suporte de construção de novos profissionais do serviço social a partir da lida desenvolvida por sua ação profissional e ética. Dentro do seu exercício profissional utiliza o “parecer social” como principal instrumento/procedimento do seu trabalho, além de utilizar dos recursos de fala e escuta qualificada. Guerra afirma que, “” Reconhecer a instrumentalidade como mediação significa tomar o Serviço Social como totalidade constituída de múltiplas

dimensões: técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa. ”” (GUERRA, 1997. p. 42). Os instrumentos contribuem em objetivar e alcançar os resultados propostos.

Indagada a assistente social sobre a existência de reuniões com a equipe multidisciplinar da Casa do Cidadão, a mesma pontou que “não acontece reuniões com os profissionais”. Observa-se que estas reuniões desempenhariam um papel de extrema relevância. Araújo & Rocha, pontuam, “” A ação multiprofissional pressupõe a possibilidade da pratica de um profissional se reconstruir na pratica do outro, ambos sendo transformados para a intervenção na realidade em que estão inseridos. ”” (ARAÚJO & ROCHA. 2006). Neste sentido, destaca-se a importância de reunir-se, havendo existência de diferentes profissionais em um mesmo espaço de atuação.

Existe uma atribuição específica ao Serviço Social dentro da Casa do Cidadão, essa atribuição é relatada pela assistente social” O serviço social é responsável pela triagem socioeconômica do usuário”. No que se refere às questões éticas relacionadas a essa atribuição específica, a mesma relata, “o compromisso com a qualidade dos serviços prestados; articulação com a rede sócio assistencial; empenho na eliminação de todas as formas de discriminação; sigilo profissional (dentre outros)”.

Quando perguntado sobre a Casa do Cidadão, a assistente social sinalizou, “A Casa do Cidadão é um espaço de extensão dos cursos das Faculdades Integradas de Caratinga. ”. A mesma pontuou também sobre o critério de atendimento “A renda bruta familiar, que em consonância com a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB não pode ultrapassar 2 (dois) salários mínimos”, ofertando serviços de “atendimento jurídico”.

Indagada qual é o papel social da casa do cidadão, a assistente social discorreu, “A Casa do Cidadão além de proporcionar atendimento gratuito aos usuários que se enquadram no perfil de atendimento da Casa, fazemos um trabalho em rede no qual recebemos encaminhamentos do, Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, Centro de Referência da Assistência Social - CREAS, Instituto Nacional da Assistência Social - INSS e outras instituições não governamentais com a finalidade de viabilizar os direitos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que Casa do Cidadão contribui ativamente em atender a sociedade de forma gratuita, social e jurídica dentro do Terceiro Setor em contraponto a necessidade social do município em que está inserida. Neste sentido, analisamos sobre o papel do terceiro setor, seu crescimento, seu conceito e a partir desta perspectiva compreendeu-se que;

A abordagem sobre o “terceiro setor” está fortemente comprometida, para além do caráter ideológico da sua denominação, por proceder desta forma. Seja como “agir comunicativo no mundo da via”, seja como “livre associativismo” seja como “interação”, seja como “ações voluntárias”, esse debate isola essas ações e essa esfera, da dialética, contraditória e tensa totalidade social. Pensam a mudança social, a democratização da sociedade, o aumento do poder e controle cidadão, tudo isso como resultado da atividade cotidiana da sociedade civil, contra o Estado, em parceria com este, ou com independência deste. Nenhum resultado, a não ser a constante reprodução da ordem e do status quo saíra desta perceptiva. (MONTAÑO, 2010, p.276)

Dentro desta perspectiva verifica-se um apontamento a incapacidade do Estado de cobrir todas as demandas de sua responsabilidade. A sociedade que depende dos serviços da Casa do Cidadão está inserida dentro do contexto de vulnerabilidade social e pobreza, tornando-se incapaz de pagar pelos serviços.

A figura do Estado paternalista, supridor daqueles que ele rege, tem se tornado cada vez mais uma realidade utópica, conseqüentemente dentro deste contexto as transformações capitalistas e neoliberais apresentam-se como protagonistas, entendendo-se que encarar o terceiro setor como resposta a questão social e suas refrações tem sido tolerável. Neste sentido, Montañó descreve que o “” terceiro setor acaba por ignorar, minimizar ou diretamente excluir o Estado, o mercado e a produção com arenas das mesmas lutas sociais que se processam na sociedade civil ”” (MONTAÑO, 2010, p.264).

Neste sentido e com base nos dados da pesquisa, observa-se tamanha relevância social e jurídica da Casa do Cidadão no município, após análise dos números de demandas e dos vários encaminhamentos recebidos, tanto pelo setor público, privado e sócio assistencial, entende-se que a casa do cidadão exerce papel relevante e indispensável àqueles que dela necessitam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz e COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. – Reforma do Estado e o Contexto Federativo Brasileiro. Pesquisa, 1998. Fundação Konrad Adenauer Stiftung e V. Representações no Brasil.
- AMARAL, CCG. Família às Avessas: gênero nas relações familiares de adolescentes. Ed. UFC, Fortaleza. 2001.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2007
- BARRAL, Weber. O Brasil e o protecionismo. 2002. Disponível em <http://www.suapesquisa.com/> Acesso em 04 de setembro de 2016.
- BENJAMIN, Cesar. A Opção Brasileira / Cesar Benjamin ... [et. al.]. – Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- BOITO JR, Armando. Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. Ed. Xamã, São Paulo, 1999.
- BORON, Atílio A. (1994). Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina. São Paulo: Paz e Terra.
- BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil, 1988.
- BRASIL, Presidente, 1995 – (F. H. Cardoso) Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. – Brasília, Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.
- BRUM, Argemiro. J. Desenvolvimento Econômico Brasileiro. Ed. Vozes, Petrópolis, 2002.
- CANCIAN, Renato. Especial para a Página 3 Pedagogia & Comunicação. 29/05/2007.
- CANO, W. Soberania e Política Econômica na América Latina. São Paulo. Editora UNESP, 2000.
- CARVALHO, Leandro. Governo Juscelino Kubitschek"; Brasil Escola. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/historiab/juscelino-kubitschek.htm>. Acesso em 02 de setembro de 2016.
- COSTA, Selma Frossard. O Serviço Social e o Terceiro Setor. Serviço Social em Revista, v. 07, n. 02, Londrina/PR: UEL, 2005.
- DOWBOR, L. Capitalismo: novas dinâmicas, outros conceitos. Revista São Paulo em Perspectiva, Fundação Seade, São Paulo, v. 12, n. 2, p.64–76, jan./jun. 1998a.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento Libertas, Juiz de Fora, v.8, n.1, p. 50 - 72, jan-jun / 2008 – A funcionalidade do terceiro setor e das ONGS no capitalismo contemporâneo: o debate sobre sociedade civil e função social. ISSN 1980-8518

FALEIROS, Vicente de Paula. 2004 - A Reforma do Estado no período FHC e as propostas do governo Lula. INESC, p. 35 –55, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. A Política Social do Estado Capitalista: as funções e assistência sociais. – 7ª Ed. - São Paulo. Cortez. 1995.

FALEIROS, Vicente de Paula, 1941 – A política social do estado capitalista – 8. ed. Ver. – São Paulo, Cortez, 2000.

FALEIROS, Vicente de. Paula. Inclusão Social e Cidadania. In Debates Sociais. Rio de Janeiro: CBCISS, n°65/66, ano XLI, 2006, pg. 107-120

FERNANDES, Rubem César. Privado Porém Público: o Terceiro Setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FERREIRA, A. B. H. Novo dicionário da Língua Portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FIGUEIREDO, Ney Lima – Jogando Para Ganhar – São Paulo: Geração Editorial. 1994

FIORI, José. L. Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FREITAS, T.V. O cenário atual da divisão sexual do trabalho. São Paulo: SOF, 2007.

GOMES SILVA, Ilse. Democracia e participação na “reforma” do Estado. Ed. Cortez: São Paulo, 2003.

GONÇALVES, Reinaldo. Globalização econômica e vulnerabilidade externa. Trabalho apresentado no Seminário “Economia Global, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável”, Colégio do Brasil e Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1998.

GONÇALVES, Reinaldo. – A Nova Economia Internacional: Uma perspectiva Brasileira. Reinaldo Gonçalves... [et al]. – Rio de Janeiro: Campus, 1998.

GUERRA, Yolanda. “Ontologia do ser social: bases para a formação profissional”. In: Revista Serviço Social e Sociedade n.54. São Paulo: Cortez, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social no tempo do capital fetiche. Rio de Janeiro, 2005, 2 vols.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 14. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional; 3ª edição; São Paulo, Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 13. ed. São Paulo, Cortez, 2007.

IANNI, Octavio, 1926 – A era do globalismo. Octavio Ianni. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IOSCHPE, Evelyn Berg. 3º Setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. ISBN 85-219-0264-6.

KALOUSTIAN SM & FERRARI M. 1994. Introdução, pp. 11-15. In SM Kaloustian (org.). Família brasileira, a base de tudo. Ed. Cortez-Unicef, São Paulo-Brasília

KONNO, Carla Cristiane. Assistente Social, docente do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. A formação profissional na consolidação do projeto ético-político do serviço social. 2º ed. 2005. São Paulo – SP.

LESBAUPIN, Ivo. – O Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC. Ivo Lesbaupin (organizador). – Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

L. José. Ajustes e milagres latino americanos. In: Os Moedeiros Falsos: 65-78. Petrópolis, Ed. Vozes, 1997.

L. Neoliberalismo Brasileiro e seus mentores. Revista Horizontes. São Paulo, v.16, n.1, p.2-10, jan./jun. 1998b.

MAGALHÃES, Luís Eduardo. BRASIL 500 Anos: Balanços e Perspectivas. Premio Luís Eduardo Magalhães. 1999. Instituto Tancredo Neves.

MELO NETO, Francisco Paulo de. Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor. Francisco Pulo de Melo Neto, Cesar Froes. – Rio de Janeiro: Qualitymark Ed. 1999.

MINAYO, M. C. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes, 2002.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. / Carlos Montañó – 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2002

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social. São Paulo – 6ª ed. – Cortez, 2010.

MONTAÑO, Carlos. A natureza do Serviço Social, São Paulo, Cortez, 2007.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2007.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. Carlos Montañó – 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

- MONTAÑO, Carlos. Das “lógicas do estado” as “lógicas da sociedade civil”: Estado e “terceiro Setor” em questão. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, Cortez, n. 61, 2002.
- MOTA, Ana Elizabeth da (org). *A nova fábrica de consenso: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas do Serviço Social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2001
- NOGUEIRA, Paulo. *A visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. 1994. Disponível em <http://www.consultapopular.org.br/> Acesso em 04 de setembro de 2016.
- PACHECO, C. C. O impacto do processo de Globalização no Brasil: os números da privatização e o nível de cumprimento da cartilha neoliberal. *Revista Temática*. Campinas, v.6, n.11/12, p.37-59, jan./dez. 1998.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Sobre a Política de Assistência Social no Brasil, in: BRAVO, Maria I.S. e PEREIRA, Potyara A.P. *Política Social e Democracia – 2ª ed.* São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002.
- PEREIRA, Viviane Souza. Pobreza e exclusão social: em debate em curso. In: *Revista Temporalis*. Ano 10, n.19, jan/jun. 2011, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Brasília/DF
- ROBERT, Cinthia, SÉGUIN, Elida. *Direitos humanos, acesso à justiça: um olhar da defensoria pública*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- SANTOS, M. *Técnica, Espaço Tempo*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, B. S. *Introdução à uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SERRA, Rose M. S. *Crise de materialidade no Serviço Social: repercussões no mercado profissional*. São Paulo: Cortez, 2000.
- SILVA, Maria O. da S.; *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*, 4ª ed., São Paulo, Cortez, 2007.
- SINGER, Paul. *O Capitalismo: sua evolução, sua lógica, sua dinâmica*. – São Paulo: Moderna, 1987. Coleção Polemica
- SOUZA, C. & CARVALHO, I. M. M. Reforma do Estado, Descentralização e Desigualdades: 187-212 *Rev.Lua Nova* 48, 1999.
- SPOSATI, Aldaíza. *Vida urbana e gestão da pobreza*. São Paulo: Cortez, 1988
- SPOSATI, Aldaíza de Oliveira, coordenadora. *Carta tema: A assistência social no Brasil, 1983 – 1990*. São Paulo: Cortez, 1991.
- YAZBEK, Maria Carmelita. *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social e pobreza. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 153-154 jul./dez. 2010

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 32, maio-ago2006.

WIECZYNSKI, Marineide; RONCONI, Luciana. Gestão e sustentabilidade para o terceiro setor: os novos rumos para o serviço social.

Disponível em Seer:<http://seer.unipampa.edu.br/> Acesso em 29/10/2016

Disponível em: AURORA ano II número 3 - DEZEMBRO DE 2008 ISSN 1982-8004: www.marilia.unesp.br/aurora acessado em 13/06/2016

Disponível em Brasil Escola: <http://brasilecola.uol.com.br/historiab/itamar-franco.htm>. Acesso em: 29/09/2006

Disponível em Jose Sarney: <http://www.josesarney.org/o-politico/presidente/plano-cruzado/Copyright> 2016 José Sarney. Acesso em: 30/09/2016

Disponível em Jus Brasil: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/295354/eleicao-direta> 30/09/2016 Acesso em: 30/09/2016

Disponível em Revista Unifacs: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/viewFile/157/160> Acesso em: 26/09/16. Disponível em Pepsic: <http://pepsic.bvsalud.org/> acesso em 28/09/2016.

Disponível em Portal Brasil Escola: <http://brasilecola.uol.com.br/geografia/taylorismo-fordismo.htm>. Acesso em: 26 de setembro de 2016.

Disponível em Portal Racha Cuca: <https://rachacuca.com.br/educacao/geografia/fordismo-e-taylorismo/>. Acesso em: 26 de setembro de 2016.

Disponível em Portal História Livre: <http://www.historialivre.com/brasil/economiarv.htm>. Acesso em: 02 de setembro de 2016

Disponível em Portal História Livre: www.historialivre.com © 2014 by Marcos Emílio Ekman Faber. Acesso em: 02 de setembro de 2016

Disponível em Portal Sua Pesquisa: <http://www.suapesquisa.com/economia/toyotismo.htm> Acesso em: 11 de junho de 2016 Disponível em Portal Educação Uol: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/estado-do-bem-estar-social-historia-e-crise-do-welfare-state.htm>. Acesso em: 05 de setembro 2016

Disponível em revistas eletrônicas: Revista Virtual Textos & Contextos, nº 4, dez. 2005. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1009/789> Acesso em 12/11/2016

Disponível em: Serviço social: apropriação da teoria social marxista e formação profissional crítica. Sandra Neres Santos <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio> Acesso em 12/11/2016

Disponível em: O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/4UkPUxY8i39jY49rWvNM.pdf> Acesso em 12/11/2016

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2.pdf> Acesso em: 27/11/16

Disponível em: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34167>. Acesso em: 27/11/16

Disponível em: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais> Acesso em: 27/11/2016

Disponível em: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34167>. Acesso em: 27/11/16

ANEXO**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA****DADOS DO ENTREVISTADO**

- 1- Idade: _____
- 2- Sexo: () Feminino () Masculino
- 3- Grau de escolaridade: _____
- 4- Estado Civil: () Solteiro (a) () Casado(a) () Viúvo(a) () Divorciado (a) () Outros.

BLOCO 1 - SITUAÇÃO SÓCIOECONÔMICA DA FAMÍLIA

- 5- Quantas pessoas residem na casa? _____
- 6- Qual a renda mensal do seu grupo familiar:
- () Sem renda
- () Menos de 1 salário mínimo
- () De 1 a 2 salários mínimos
- () Mais de 2 salários mínimos
- () Aposentadoria
- 7- Recebe algum benefício:
- () BPC/ LOAS
- () Bolsa Família
- () Nenhum
- () Outros _____
- 8- A renda mensal é suficiente para arcar com todas as necessidades básicas da família?
(Casa, alimentação, Vestuário, Saúde, Lazer).
- () Sim () Não Por que?

BLOCO 2- CARACTERÍSTICAS DO DOMÍLIO

- 9- Situação do imóvel: () Casa própria () Cedida () Ocupada sem título de posse () Alugado. Valor _____

10- Esta casa possui energia elétrica? () Não () Sim, com padrão próprio () Outros

11- Como é feito o abastecimento de água de sua casa? () A água encanada () Cisterna () Outros _____

12- A água de beber da sua casa é : () Filtrada () Fervida () Não recebe nenhum tratamento () Outros _____

13- Na casa possui rede de esgoto? () sim () não () outros _____

14- Existe coleta de lixo? () sim () não

BLOCO 3 – PERGUNTAS RELACIONADAS A CASA DO CIDADÃO

15- Qual serviço está solicitando a Casa do Cidadão?

16- É a primeira vez que busca pelos serviços da Casa do Cidadão?
() Sim () Não

Em caso positivo, qual serviço necessitou anteriormente?

17- Como ficou sabendo dos serviços ofertados pela Casa do Cidadão?

18- Como você avalia os serviços ofertados?

Roteiro de entrevista Assistente Social

1. Nome: _____

2. Idade: _____ 3. Sexo: _____

4. Estado Civil: _____

5. Tipo de vínculo empregatício firmado na instituição: _____

6. Ano de conclusão do curso: _____

7. Instituição de Ensino: _____

8. Durante a graduação você participou das seguintes atividades:

() Estágio Curricular Obrigatório;

() Estágio extra curricular

9. Em seu exercício profissional já participou das seguintes atividades?

() Conselhos de direitos;

() Conferências Nacionais;

() Conferências Estaduais;

() Conferências Municipais;

() Outros: _____

() nunca participou.

13. Quais os autores de referência do seu exercício profissional?

14. Exerce supervisão de estágio?

() sim;

() não.

15. Quais os instrumentos/procedimentos mais utilizados no seu exercício profissional?

- () relatório;
- () visita domiciliar;
- () parecer social;
- () reunião;
- () entrevista;
- () palestra;
- () outros_____

16. Na Casa do Cidadão realizam-se reuniões de equipe?

- () sim - frequência: ()quinzenal () mensal ()semestral.
- () não.

18. Existem atribuições específicas do Serviço Social na Casa do Cidadão?

- () sim - Especifique:_____ () não.

19. Quais as questões éticas a serem observadas na execução destas atribuições?

20. O que é a casa do Cidadão?

21. Existem critérios para requisitar serviços na Casa do Cidadão? () Sim () Não

Quais?

21- Quais os serviços ofertados na Casa do Cidadão?

22- No seu entendimento qual é o papel social da Casa do Cidadão?
